



CEB LAJEADO S/A – CEB Lajeado
SIA Área de Serviços Públicos lote C bloco M
Brasília/DF - CEP: 71.215-902
CNPJ: 03.677.638/0001-50

Demonstrações Financeiras Finais

CEB Lajeado - 31/12/2020

Encerramento Exercício - 2020



DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

31 DE DEZEMBRO DE 2020

CONTEÚDO

1	Balanço Patrimonial	Pág.	3
2	Demonstração do Resultado	Pág.	4
3	Demonstração do Resultado Abrangente	Pág.	5
4	Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido	Pág.	6
5	Demonstração dos Fluxos de Caixa	Pág.	7
6	Demonstração do Valor Adicionado	Pág.	8
7	Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras	Pág.	9 - 36
8	Relatório da Administração 2020	Pág.	37 - 47





CEB LAJEADO S/A – CEB Lajeado
SIA Área de Serviços Públicos lote C bloco M
Brasília/DF - CEP: 71.215-902
CNPJ: 03.677.638/0001-50

CEB Lajeado S.A.

Balanco Patrimonial

Em 31 de dezembro de 2020 e 31 de dezembro de 2019

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Nota	31/12/2020	31/12/2019	Nota	31/12/2020	31/12/2019
ATIVO						
Ativo Circulante						
Caixa e equivalente de caixa	3	88.503	70.698	12	3.902	4.683
Concessionários e permissonários	4	16.253	17.416	13	335	321
Caução em garantia CCEE	5	140	10	14	26.481	25.225
Dividendos e Juros sobre capital próprio a receber	6	3.813	1.185	15	18.292	20.374
Repactuação do Risco Hidrológico	7	1.214	1.214	16	4.759	3.941
Outros créditos	8	1.537	827	17	838	594
		111.460	91.350		54.607	55.138
Ativo Não Circulante						
Realizável a Longo Prazo						
Títulos a receber - Investco S.A	9	1.539	1.436	14	13	541
Repactuação do Risco Hidrológico	7	8.802	10.016	26.1	1.063	276
Outros créditos	8	2.081	1.199		1.076	817
		12.422	12.651		55.683	55.955
Investimentos	10	181.860	183.929	18	112.284	112.284
Imobilizado		114	61		151.225	151.225
Intangível	11	70.643	76.530		57.279	45.038
		265.039	273.171		28	19
					320.816	308.566
Total do Ativo		376.499	364.521		376.499	364.521
PASSIVO						
Passivo Circulante						
Contas a pagar						
Salários e encargos sociais						
Obrigações tributárias						
Obrigações com acionistas						
Pesquisa e desenvolvimento						
Outras obrigações						
Não Circulante						
Obrigações tributárias						
Provisões contingenciais						
TOTAL DO PASSIVO						
Patrimônio Líquido						
Capital social						
Reserva de capital						
Reservas de lucros						
Ajuste de avaliação patrimonial						
Total do Passivo e do Patrimônio Líquido						

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

CEB Lajeado S.A.
Demonstrações dos Resultados
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e de 2019
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
Receita operacional líquida	166.716	190.435
Custo com energia elétrica e operação	(69.513)	(89.726)
Lucro operacional bruto	97.203	100.709
Receitas / (despesas) operacionais		
Gerais e administrativas	(4.370)	(3.606)
Amortização de ágio	(5.887)	(5.887)
Resultado de equivalência patrimonial	6.888	14.415
Provisões Contingênciais	(787)	(276)
	(4.156)	4.646
Resultado antes do resultado financeiro	93.047	105.355
Resultado financeiro		
Receitas financeiras	2.946	4.173
Despesas financeiras	(448)	(3.269)
	2.498	904
Resultado antes dos tributos e participações	95.545	106.259
Imposto de renda e contribuição social		
Imposto de renda e contribuição social corren	(29.402)	(29.431)
Imposto de renda e contribuição social diferid	529	(592)
	(28.873)	(30.023)
Lucro antes das partes beneficiárias	66.672	76.236
Partes beneficiárias	(6.667)	(7.624)
Lucro líquido do período	60.005	68.612
Lucro básico e diluído por ação	0,4385	0,5014

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras



CEB LAJEADO S/A – CEB Lajeado
SIA Área de Serviços Públicos lote C bloco M
Brasília/DF - CEP: 71.215-902
CNPJ: 03.677.638/0001-50

CEB Lajeado S.A.
Demonstrações dos resultados abrangentes
Exercício findos em 31 de dezembro de 2020 e de 2019
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
Lucro Líquido do Período	<u>60.005</u>	<u>68.612</u>
Equivalência patrimonial sobre outros resultados abrangentes - Coligadas	9	(45)
Resultado Abrangente Total	<u><u>60.014</u></u>	<u><u>68.567</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras



CEB LAJEADO S/A – CEB Lajeado
SIA Área de Serviços Públicos lote C bloco M
Brasília/DF - CEP: 71.215-902
CNPJ: 03.677.638/0001-50

CEB Lajeado S/A
Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido
Exercício findos em 31 de dezembro de 2020 e de 2019
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Reservas de lucros						
	Capital Social	Reserva de Capital	Reserva Legal	Dividendos Adicionais Propostos	Outros Resultados Abrangentes	Lucros / Prejuízos acumulados	Total do Patrimônio Líquido
Saldos em 31 de dezembro de 2018	112.284	151.225	7.520	11.911	64	-	283.004
Operações com acionistas:							
Dividendos pagos no exercício 2019	-	-	-	(11.911)	-	-	(11.911)
Dividendos Adicionais Propostos no Exercício	-	-	-	34.088	-	(34.088)	-
Dividendos Intercalares 2019	-	-	-	-	-	(16.094)	(16.094)
Juros sobre Capital Próprio Creditados	-	-	-	-	-	(15.000)	(15.000)
Resultado Abrangente Total:							
Lucro Líquido do Exercício	-	-	-	-	-	68.612	68.612
Outros Resultados Abrangentes							
Outros Resultados Abrangentes Coligadas	-	-	-	-	(45)	-	(45)
Movimentações Internas:							
Constituição de Reserva Legal	-	-	3.430	-	-	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2019	112.284	151.225	10.950	34.088	19	(3.430)	308.566
Operações com acionistas:							
Dividendos pagos no exercício 2020	-	-	-	(34.088)	-	-	(34.088)
Dividendos Adicionais Propostos no Exercício	-	-	-	43.329	-	(43.329)	-
Juros sobre Capital Próprio Creditados	-	-	-	-	-	(13.676)	(13.676)
Resultado Abrangente Total:							
Lucro Líquido do Exercício	-	-	-	-	-	60.005	60.005
Outros Resultados Abrangentes:							
Outros Resultados Abrangentes Coligadas	-	-	-	-	9	-	9
Movimentações Internas:							
Constituição de Reserva Legal	-	-	3.000	-	-	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2020	112.284	151.225	13.950	43.329	28	(3.000)	320.816

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

CEB Lajeado S.A.
Demonstrações dos fluxos de caixa pelo método direto
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e de 2019
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
Atividades operacionais		
Entradas:		
Recebimento pela venda de energia elétrica	169.621	182.937
Recebimento de juros sobre aplicação financeira	1.841	2.362
Recebimento de Dividendos / Juros sobre Capital Próprio	1.120	7.482
Liberação de garantia - CCEE	5.804	11.729
Outros	7	2
	<u>178.393</u>	<u>204.512</u>
Saídas:		
Pagamento de arrendamento	(31.251)	(39.007)
Energia elétrica comprada para revenda	(6.540)	(10.461)
Custo uso do sistema de transmissão	(14.524)	(13.746)
Compensação Financeira pela Utilização dos Recursos hídricos	(3.917)	(3.206)
Constituição de garantia - CCEE	(1.244)	(4.983)
Fornecedores de materiais e serviços	(1.302)	(365)
Salários, remuneração e encargos	(3.422)	(2.721)
Doações, contribuições e subvenções	(88)	(85)
Pagamento de despesas financeira	(136)	(92)
Pagamento de impostos	(41.284)	(35.239)
Encargos setoriais	(2.294)	(2.326)
Outros	(53)	(53)
	<u>(106.055)</u>	<u>(112.284)</u>
Caixa líquido gerado nas atividades operacionais	<u>72.339</u>	<u>92.228</u>
Atividades de Investimento		
Aquisição de Imobilizado	(72)	-
Caixa líquido aplicado nas atividades de Investimentos	<u>(72)</u>	<u>-</u>
Atividades de Financiamentos		
Pagamento de Juros s/Capital Próprio e Dividendos	(46.838)	(24.661)
Pagamento de Dividendos Intercalares	-	(16.094)
Pagamento de Partes Beneficiárias	(7.624)	(5.239)
Caixa líquido consumido nas atividades de financiamentos	<u>(54.462)</u>	<u>(45.994)</u>
Aumento (redução) do saldo de caixa e equivalentes de caixa	<u>17.805</u>	<u>46.234</u>
Saldo de caixa no início do exercício	70.698	24.464
Saldo de caixa no final do exercício	<u>88.503</u>	<u>70.698</u>
Variação do Caixa	<u>17.805</u>	<u>46.234</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras



CEB Lajeado S.A.
Demonstrações do valor adicionado
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e de 2019
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	<u>31/12/2020</u>		<u>31/12/2019</u>	
1 - Receitas				
Venda de Energia Elétrica	191.374		216.441	
	191.374		216.441	
2 - Insumos adquiridos de terceiros				
Serviços de terceiros	(1.994)		(1.801)	
Material	(7)		(6)	
Operações com energia elétrica (CCEE)	(30.230)		(44.162)	
Custo de uso da rede de transmissão	(14.534)		(13.830)	
Comp. Financ. pela Utilização dos Recursos hídricos	(4.162)		(3.084)	
Provisão para Litígios Fiscais	(787)		(276)	
Outros custos operacionais	(1.302)		(1.298)	
Outras Despesas	(20)		(22)	
	<u>(53.036)</u>		<u>(64.479)</u>	
3 - Valor adicionado bruto (1-2)	<u>138.338</u>		<u>151.962</u>	
4 - Retenções				
Depreciação	18		16	
Amortização	5.887		5.887	
	<u>5.905</u>		<u>5.903</u>	
5 - Valor adicionado líquido produzido (3-4)	<u>132.433</u>		<u>146.059</u>	
6 - Valor adicionado recebido em transferência				
Equivalência patrimonial	6.888		14.415	
Receitas financeiras	2.946		4.173	
	<u>9.834</u>		<u>18.588</u>	
7 - Valor adicionado total a distribuir (5+6)	<u>142.267</u>		<u>164.647</u>	
		%		
Pessoal e encargos	2.331	1,6%	1.761	1,1%
Impostos, taxas e contribuições	42.341	29,8%	43.595	26,5%
Arrendamento, alugueis e juros	30.923	21,7%	43.055	26,1%
Remuneração de capitais próprios	20.343	14,3%	38.718	23,5%
Retenção de lucros	46.329	32,6%	37.518	22,8%
8 - Valor adicionado total distribuído	<u>142.267</u>	<u>100,0%</u>	<u>164.647</u>	<u>100,0%</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E DE 2019

1 Contexto operacional

1.1 - Objetivo social

A CEB LAJEADO S.A. (“CEB Lajeado” ou “Companhia”) é uma sociedade anônima de capital fechado, de direito privado, controlada pela *holding* Companhia Energética de Brasília – CEB e é uma coligada da Centrais Elétricas Brasileiras S.A. – ELETROBRÁS. Foi constituída em 22 de fevereiro de 2000, e autorizada a funcionar pela Lei Distrital nº 2.515, de 31 de dezembro de 1999. Essa Lei foi alterada pela Lei nº 3.737, de 13 de janeiro de 2006, para autorizar a sua reestruturação societária. Sua sede social está localizada na cidade de Brasília–DF no endereço SIA - Área de Serviços Públicos Lote “C” Bloco “M”.

A CEB Lajeado tem por objetivo a geração e comercialização de energia produzida pelo Aproveitamento Hidroelétrico Lajeado, praticando todos os atos necessários à consecução de sua finalidade, podendo participar da sociedade Investco S.A. (“Investco”), como meio para realizar o seu objeto social, na condição de acionista.

1.2 - Participação societária

A CEB Lajeado e as empresas Lajeado Energia S.A. (“Lajeado Energia”) e Paulista Lajeado Energia S.A. (“Paulista Lajeado Energia”) são titulares de ações representativas de 100% (cem por cento) do capital votante e 85,31% (oitenta e cinco vírgula trinta e um por cento) do capital social da Investco, uma sociedade por ações, registrada na Comissão de Valores Mobiliários – CVM, constituída para administrar a UHE Luís Eduardo Magalhães, com sede na cidade de Miracema, no Estado do Tocantins, e endereço na rodovia TO Miracema, Km 23, s/nº, inscrita no CNPJ sob nº 00.644.907/0001-93, onde é gerada a energia comercializada pela Companhia.

1.3 - Concessão

A CEB Lajeado, em conjunto com a Lajeado Energia S.A., Paulista Lajeado Energia S.A. e a Investco, são parte do consórcio denominado “Consórcio Lajeado”, cujo objeto é a exploração compartilhada da concessão de uso de bem público do Aproveitamento Hidroelétrico Luís Eduardo Magalhães e Sistema de Transmissão Associado, nos termos do Contrato de Concessão n.º 05/97 e respectivos aditivos da Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL. O prazo de duração do contrato de concessão é de 35 (trinta e cinco) anos contados a partir de 16 de dezembro de 1997 (término em 15 de dezembro de 2032).

A concessão da UHE Luís Eduardo Magalhães é compartilhada da seguinte forma:

	Quota
Lajeado Energia	72,27%
CEB Lajeado	19,80%
Paulista Lajeado	6,93%
Investco	1,00%
Total	100,00%

A Investco é titular exclusiva dos ativos que compõem a Usina, porém, esses ativos são arrendados somente aos sócios ordinários e de acordo com percentual de participação de cada um no contrato de concessão, conforme instrumento particular do contrato de arrendamento celebrado em 21 de julho de 2001. Dessa forma, a energia gerada pela UHE Luís Eduardo Magalhães é de propriedade das arrendatárias e não há relação de compra e venda de energia entre a Investco e a CEB Lajeado.

A UHE Luís Eduardo Magalhães encontra-se em operação com cinco turbinas, cada uma com potência de 180,5 MW, representando uma potência total instalada de 902,5 MW, tendo energia assegurada 505,10 MW. Da potência instalada e energia assegurada, as Concessionárias deverão destinar 617,48 MW e 2.877.660 MWh/ano, respectivamente, até o prazo final deste contrato, para venda às empresas concessionárias de serviços públicos de distribuição. A partir de 2016 passou a vigorar a Repactuação do Risco Hidrológico, estabelecida por meio da Lei 13.203/2015 e regulamentada pela Resolução Aneel nº 684/2015, que transferiu parte deste risco para os consumidores finais envolvendo os contratos no Ambiente de Contratação Regulada – ACR, como o da CEB Lajeado, mediante o pagamento de um prêmio de risco. O produto escolhido pela Companhia foi o SP92, que garante uma proteção para déficits de geração de energia do Mercado de Curto Prazo superior a 8%, sendo que para déficits até este nível a CEB Lajeado possui a responsabilidade de ressarcir aos agentes de mercados.

A Companhia tem em vigor um contrato de compra e venda de energia com a CEB Distribuição, firmado em 27 de novembro de 2001 e posteriormente prorrogado até o prazo limite da concessão da CEB Lajeado (15 de dezembro de 2032).

Em 2019 e em 2020 o volume contratado de energia foi de 823.822,5 MWh/ano, ou 94,04 MW médios, valor que deverá se repetir até o final da concessão. Atualmente a garantia física da CEB Lajeado é de 100,01 MW médios, definido pela Portaria nº 178 do MME de 3 de maio de 2017 e válida a partir do exercício de 2018 e anos posteriores.

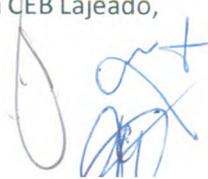
No exercício de 2020, a participação da CEB Lajeado na UHE Luís Eduardo Magalhães produziu 82.42 MW médios, representando 82.41% da sua garantia física (64,98 MW produzidos em 2019, equivalente a 65% da garantia física).

1.4 - Pesquisa e desenvolvimento - P&D

A Companhia é obrigada a aplicar, anualmente, o montante de, no mínimo, 1% (um por cento) de sua receita operacional após dedução do PIS, da COFINS, da Taxa de Fiscalização da ANEEL e da Compensação Financeira de Recursos Hídricos – CFURH, em pesquisa e desenvolvimento no setor elétrico, em conformidade com a Lei nº 9.991, de 24 de julho de 2000, e na forma em que dispuser a regulamentação específica sobre a matéria.

Do montante apurado, 60% são recolhidos ao Governo Federal através do Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – FNDCT e ao Ministério de Minas e Energia – MME e o montante de 40% é retido pela Companhia para ser investido em projetos de Pesquisa e Desenvolvimento da ANEEL conforme Resolução nº 754 de 13 de dezembro de 2016, sendo que os montantes retidos e não investidos são atualizados por SELIC. A Companhia vem respeitando integralmente a Lei e aplicando o percentual mencionado. A rubrica de Recursos em poder da Empresa encontra-se com um saldo de R\$4.530 mil em 31/12/2020, conforme Nota explicativa 16, devendo ser aplicado em projetos de pesquisa, regulamentados e aprovados pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL. Atualmente a Companhia tem contratado o Projeto de “Hibridação de Fontes de Geração de Energia Elétrica de Áreas Degradadas por Resíduos Sólidos Urbanos”, conjuntamente com a CEB Geração S/A, Fundação Universidade de Brasília – FUB e a Fundação de Empreendimentos Científicos e Tecnológicos – FINATEC. O valor total a ser desembolsado até o final deste Projeto será de R\$2.032 mil, dos quais já foram desembolsados R\$1.510 mil até 31/12/2020. Além disso, existem estudos na Companhia que visam buscar novos projetos para o ano de 2021, com o objetivo de cumprimento de desembolso, conforme previsto pela Agência Nacional de Energia Elétrica.

Por outro lado, recentemente o Governo Federal publicou a Medida Provisória nº 998, de 1º de setembro de 2020, posteriormente convertida na Lei 14.120 de 1º de março de 2020, na qual, entre outras questões, ficou determinado que o passivo não utilizado no programa P&D das empresas de energia, incluindo a CEB Lajeado,



registrados até 31/08/2020 seja repassado a Conta de Desenvolvimento Energético (CDE) deduzindo os seguintes valores:

- a. Valores previstos a desembolsar em projetos em andamento e/ou já aprovados na empresa. Entende-se como aprovados aqueles que já tem autorização da Diretoria e documento formal de aprovação.
- b. Valores previstos a desembolsar com contratações de consultorias dentro dos programas de P&D.

A Lei 14.120/21 ainda prevê que a partir de 01/09/2020, o valor até então destinado para programas de P&D, que corresponde à 0,4% da ROL, será devido 70% deste montante e os outros 30% serão repassados à CDE no período de 2021 a 2025. A Companhia acompanha o assunto e aguardara regulação por parte da ANEEL em especial sobre o recolhimento do saldo registrados até 31/08/2020.

2 - Apresentação das demonstrações financeiras e resumo das principais políticas contábeis

2.1 - Base de preparação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e em conformidade com a Lei das Sociedades Anônimas (Lei nº 6.404/76), incorporando as mudanças introduzidas pelas Leis 11.638/07 e 11.941/09, complementadas pelos novos pronunciamentos, interpretações e orientações do Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC, aprovados por resoluções do Conselho Federal de Contabilidade – CFC.

A Companhia adota o Manual de Contabilidade do Serviço Público de Energia Elétrica – MCSPEE, cujo plano de contas do setor elétrico está contido, bem como as normas e orientações da ANEEL.

A Companhia elaborou a demonstração dos fluxos de caixa – DFC pelo método direto nos termos da NBC TG 03 (R3). Adicionalmente, a Companhia apresenta a conciliação entre o lucro líquido do período para o caixa líquido das atividades operacionais na Nota explicativa 31.

A Companhia elaborou a demonstração do valor adicionado – DVA nos termos da NBC TG 09, como parte integrante das demonstrações financeiras, em linha com as determinações dos seus acionistas.

A CEBLajeado avaliou os eventos subsequentes até 26 de fevereiro de 2021, que é a data de autorização para a emissão das demonstrações financeiras pela Diretoria colegiada da Companhia, e concluiu que não ocorreram eventos que pudessem modificar as demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2020.

2.2 - Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram elaboradas considerando o custo histórico como base de valor e determinados ativos e passivos financeiros mensurados ao valor justo.

2.3 - Moeda funcional e moeda de apresentação

A moeda do ambiente econômico principal no qual a Companhia opera, utilizada na preparação das demonstrações financeiras, é o Real (R\$). Todas as informações financeiras foram apresentadas com valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado.

2.4 - Estimativas e julgamentos contábeis críticos

A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da Administração da Companhia no processo de aplicação de suas políticas contábeis em relação aos valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Por definição, as estimativas

contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. Desta forma, a Administração da Companhia revisa as estimativas e premissas adotadas de maneira contínua, baseadas na experiência histórica e em outros fatores considerados relevantes. Os ajustes oriundos destas revisões são reconhecidos no período em que as estimativas são revisadas e aplicadas de maneira prospectiva.

As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com a probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício social, estão contempladas a seguir:

(i) Redução do valor recuperável de ativos

Ativo financeiro: São avaliados quanto à sua recuperabilidade ao final de cada exercício, exceto para Concessionárias e Permissionárias que são avaliados mensalmente. São considerados ativos não recuperáveis quando há evidências de que um ou mais eventos tenham ocorrido após o reconhecimento inicial do ativo financeiro, ou nos valores atuais, e que eventualmente tenham resultado em efeitos negativos no fluxo estimado de caixa futuro do investimento.

Ativo não financeiro: O saldo de investimentos, imobilizado e intangível e outros ativos são revistos anualmente utilizando o método de projeção de fluxo de caixa para se identificar evidências de perdas não recuperáveis, ou ainda, sempre que eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Quando este for o caso, o valor recuperável é calculado para verificar se há perda nestes ativos.

Especificamente para a NBC TG 06 (R3) – Arrendamentos, a Companhia efetuou a análise sobre o contrato de arrendamento da CEBLajeado com a coligada Investco e concluiu que o mesmo está fora do alcance da referida norma contábil e, por essa razão, as práticas contábeis com relação a este contrato permaneceram inalteradas. A base para a conclusão da Administração para o referido contrato não estar no alcance da norma levou em consideração, principalmente, o fato de que a Companhia: (i) não possui, substancialmente, todos os benefícios do ativo; e (ii) não direciona o uso do ativo.

(ii) Valor justo dos instrumentos financeiros

Quando o valor justo de ativos e passivos financeiros apresentados no balanço patrimonial não puder ser obtido de mercados ativos, é determinado utilizando técnicas de avaliação, incluindo o método de fluxo de caixa descontado. Os dados para esses métodos se baseiam naqueles praticados no mercado, quando possível. Contudo, quando isso não for viável, um determinado nível de julgamento é requerido para estabelecer o valor justo. O julgamento inclui considerações sobre os dados utilizados como, por exemplo, risco de liquidez, risco de crédito e volatilidade. Mudanças nas premissas sobre esses fatores poderiam afetar o valor justo apresentado dos instrumentos financeiros.

(iii) Provisão para riscos trabalhistas, cíveis e fiscais

A Companhia não possui causas cíveis, trabalhistas, e regulatórias de valor relevante, possuindo somente contingências tributárias de menor relevância conforme apresentado na Nota Explicativa 26.1. A avaliação da probabilidade de perda inclui as evidências e as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados internos e externos.

A necessidade de constituir ou não provisões é revisada mensalmente pela Administração para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

A avaliação dessas transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em opiniões divergentes devido às imprecisões inerentes ao processo de avaliação.

(iv) Amortização de ativos intangíveis

A amortização é reconhecida no resultado baseando-se no método linear de acordo com as vidas úteis estimadas de ativos intangíveis, a partir da data em que estes estão disponíveis para uso. No caso específico do intangível, a amortização é feita considerando o prazo da concessão.

Métodos de amortização, vidas úteis e valores residuais são revistos a cada encerramento de exercício financeiro e ajustados caso seja adequado (Nota explicativa 11).

(v) Energia a ser liquidada no âmbito da CCEE

A Companhia avalia ao final de cada período de reporte os montantes estimados pela sua área técnica das liquidações ativas e passivas baseadas nas informações disponíveis no mercado até o encerramento das suas Demonstrações financeiras. Os valores de liquidação dos ativos e passivos relacionados podem diferir os valores reconhecidos em 31 de dezembro de 2020, mas não têm sido relevantes ao longo dos anos, tendo em vista o conhecimento acumulado do corpo técnico da CEBLajeado e das empresas do Grupo sobre as normas e experiências em relação ao setor de energia.

2.5 - Caixa e equivalentes de caixa

Compreendem numerários em espécie, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras de curto prazo com alta liquidez, que possam ser resgatadas no prazo de 90 dias da data de contratação em caixa. Essas aplicações financeiras estão demonstradas ao custo, acrescido dos rendimentos auferidos até a data de encerramento do exercício e com risco insignificante de mudança de valor (Nota explicativa 3).

2.6 - Ativos financeiros

A Companhia classifica seus ativos financeiros nas seguintes categorias: (a) ao custo amortizado, (b) mensurados ao valor justo por meio do resultado abrangente e (c) mensurados ao valor justo por meio do resultado. A classificação depende do modelo de negócios adotado pela Companhia na gestão dos seus ativos financeiros. As compras e as vendas regulares de ativos financeiros são reconhecidas na data de negociação - data na qual a CEBLajeado se compromete a comprar ou vender o ativo. Os ativos financeiros são baixados quando os direitos de receber fluxos de caixa dos investimentos tenham vencido ou tenham sido transferidos; neste último caso, desde que a Companhia tenha transferido, significativamente, todos os riscos e os benefícios da propriedade.

(i) Custo amortizado

São ativos financeiros mantidos pela Companhia (i) com o objetivo de recebimento de seu fluxo de caixa contratual e não para venda com realização de lucros ou prejuízos e (ii) cujos termos contratuais dão origem, em datas especificadas, a fluxos de caixa que constituam, exclusivamente, pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto. Compreende o saldo de Concessionária e Permissionárias (Nota explicativa 4) e Dividendos e Juros sobre Capital Próprio a Receber (Nota Explicativa 6).

(ii) Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes

A Companhia não apresenta instrumentos financeiros classificados nesta categoria.

(iii) Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado

Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são classificados nessa categoria, os ativos financeiros que não sejam mensurados ao custo amortizado ou ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes. Compreende o saldo de caixa e bancos e equivalentes de caixa (Nota Explicativa 3) e títulos a receber da Investco (Nota explicativa 9). Suas variações são reconhecidas no resultado do período, na rubrica "Receitas financeiras" ou "Despesas financeiras", dependendo do resultado obtido.

(iv) Deterioração de ativos financeiros

A Companhia avalia, na data do encerramento do exercício, se há evidência objetiva de que o ativo financeiro ou um grupo de ativos financeiros está deteriorado. Um ativo financeiro ou um grupo de ativos financeiros é considerado deteriorado quando existirem evidências objetivas da redução de seu valor recuperável, sendo estas evidências o resultado de um ou mais eventos que ocorreram após o reconhecimento inicial do ativo, e quando houver impacto nos fluxos de caixa futuros estimados.

No caso de investimentos patrimoniais, um declínio significativo ou prolongado em seu valor justo abaixo do seu custo é considerado evidência objetiva de redução ao valor recuperável.

2.7 - Passivos financeiros

Os passivos financeiros podem ser classificados como Custo amortizado ou Valor justo por meio do resultado. A Companhia possui somente passivos financeiros classificados como Custo Amortizado, sendo reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual a Companhia se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento e baixados quando tem suas obrigações contratuais retiradas, canceladas ou vencidas.

Os passivos financeiros classificados como Custo Amortizado são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transações atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são mensurados pelo método de juros efetivos.

A Companhia tem os seguintes passivos financeiros: Contas a Pagar (Nota explicativa 12), Obrigações tributárias (Nota explicativa 14), Obrigações com Acionistas (Nota explicativa 15) e Pesquisa e Desenvolvimento (Nota explicativa 16)

2.8 - Instrumentos financeiros derivativos

A Companhia não opera com instrumentos financeiros derivativos.

2.9 - Concessionárias e permissionários

O valor incluso nesta conta representa a venda de energia proveniente do contrato bilateral de compra e venda de energia elétrica, incluindo os rendimentos e as variações monetárias auferidos até a data do balanço, além dos valores a serem liquidados pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE (Nota explicativa 4).

2.10 - Investimentos em coligadas

As coligadas são aquelas entidades nas quais a Companhia, direta ou indiretamente, tenha influência significativa na Administração, mas não controle sobre as políticas financeiras e operacionais. A influência significativa supostamente ocorre quando a Companhia, direta ou indiretamente, mantém entre 20% e 50% das ações ou quotas com poder de voto da outra entidade. Para a CEBLajeado, a coligada Investco se enquadra nesta categoria, conforme apresentado na Nota explicativa 10.

Os investimentos em coligadas são contabilizados por meio do método de equivalência patrimonial e são reconhecidos inicialmente pelo custo. O investimento da Companhia está líquido de quaisquer perdas por redução do valor recuperável, quando aplicável.

2.11 - Intangível

É constituído pelo valor do ágio obtido na operação de reestruturação societária ocorrida na Companhia nos anos de 2005 e 2006, deduzido da amortização acumulada, calculada até a data do período final de sua utilização, ou seja, até o final do prazo de concessão (Nota explicativa 11).

2.12 - Redução ao valor recuperável de ativos

O saldo de investimentos e intangível (*goodwill*) são revistos anualmente para se identificar evidências de perdas não recuperáveis, ou ainda, sempre que eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Quando este for o caso, o valor recuperável é calculado para verificar se há perda nestes ativos.

Baseado na conclusão dos estudos realizados pela Companhia para este fim, não foram identificados indicadores que pudessem reduzir o valor recuperável de seus ativos em 31 de dezembro de 2020.

2.13 - Contas a pagar

O valor do saldo de contas a pagar é composto basicamente pelo Arrendamento a pagar à Investco pelo uso do seu imobilizado na geração de energia comercializada pela CEBLajeado e pelo Custo do Uso do Sistema de Transmissão - CUST. As obrigações estão sendo apresentadas pelos valores conhecidos ou estimáveis até a data dessas demonstrações financeiras (Nota explicativa 12).

2.14 - Obrigações tributárias

As despesas de imposto de renda e contribuição social são calculadas e registradas conforme legislação vigente e incluem os impostos correntes e diferidos. O imposto sobre a renda e a contribuição social sobre lucros são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto para os casos em que estiverem diretamente relacionados a itens registrados diretamente no patrimônio líquido ou no resultado abrangente, nos quais já são reconhecidos a valores líquidos destes efeitos fiscais, e os decorrentes de contabilização inicial em combinações de negócios.

O imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber/compensar esperado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício, considerando as adições e exclusões legais previstas. Sobre as adições temporárias, que se tornarão dedutíveis quando realizadas, são constituídos créditos tributários diferidos, que estão sendo apresentados na conta de tributos diferidos no ativo.

Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados caso haja um direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes, e eles se relacionam a tributos lançados pela mesma autoridade tributária sobre a mesma entidade sujeita à tributação.

Ativos de imposto de renda e contribuição social diferidos são revisados a cada data de relatório e são reduzidos na medida em que sua realização não seja mais provável, ou quando é feita fiscalmente a compensação com impostos a pagar.

2.15 - Dividendos e juros sobre capital próprio

De acordo com a legislação brasileira, a Companhia é requerida a distribuir como dividendo anual mínimo obrigatório 25% do lucro líquido ajustado quando previsto no Estatuto Social. De acordo com as práticas contábeis brasileiras, apenas o dividendo mínimo obrigatório pode ser provisionado, já o dividendo declarado e ainda não aprovado só deve ser reconhecido como passivo nas demonstrações financeiras após aprovação pelo órgão competente. Desta forma, são mantidos no patrimônio líquido, em conta de dividendo adicional proposto, em virtude de não atenderem aos critérios de obrigação presente na data das demonstrações financeiras.

Os juros sobre capital próprio são originalmente registrados nos livros contábeis e fiscais como despesa financeira, por ocasião da apropriação dos valores a pagar aos acionistas. Entretanto, para fins de preparação destas demonstrações financeiras, utiliza-se a essência da transação e, portanto, são considerados como distribuição de lucros e não transitam pelo resultado, recebendo o mesmo tratamento dos dividendos e também estão demonstrados na mutação do patrimônio líquido. O imposto de renda retido na fonte sobre os juros sobre

o capital próprio é contabilizado a débito no patrimônio líquido quando de sua proposição pela Administração, por atenderem, neste momento, o critério de obrigação.

2.16 - Participações estatutárias

Alienação de partes beneficiárias, títulos sem valor nominal, estabelecido pelo Estatuto Social com base no art. 46 da Lei 6.404/76, alterada pela Lei nº 11.638/07. Consiste em participação nos lucros anuais de no máximo 10%. O art. 190 da Lei nº 6.404/76, e as alterações citadas acima definem o lucro sobre o qual se aplica o percentual. O prazo de vigência das partes beneficiárias será até o ano de 2032, quando então a reserva de capital deverá ser convertida em ações preferenciais, de modo que represente 5,084% do capital social na ocasião.

2.17 - Demais ativos e passivos

Os outros ativos e passivos estão apresentados pelo valor de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidos até a data do balanço, deduzidos por provisão para perdas e/ou ajuste a valor presente, quando aplicável. As outras obrigações são demonstradas pelos valores conhecidos ou calculáveis acrescidos, quando aplicável dos correspondentes encargos, das variações monetárias e/ou cambiais incorridas até a data do balanço.

2.18 - Capital social

As ações ordinárias e as preferenciais são classificadas no patrimônio líquido (Nota explicativa 18.1).

(i) Ações ordinárias

Ações ordinárias são classificadas como patrimônio líquido. Custos adicionais diretamente atribuíveis à emissão de ações e opção de ações são reconhecidos como dedução do patrimônio líquido, livre de quaisquer efeitos tributários.

(ii) Ações preferenciais

Ações preferenciais são classificadas no patrimônio líquido caso não sejam resgatáveis, ou resgatáveis somente à escolha da Companhia e quaisquer dividendos sejam discricionários. Dividendos pagos são reconhecidos no patrimônio líquido quando da aprovação pelos acionistas da Companhia.

Os dividendos mínimos obrigatórios conforme definidos em estatuto são reconhecidos como passivo.

2.19 - Reserva legal

Constituída de 5% sobre o lucro líquido do exercício, conforme art. 193 da Lei nº 6.404/76, alterada pela Lei nº 11.638/07, até o limite de 20% do capital social realizado (Nota explicativa 18.3).

2.20 - Reserva de capital

Constituída pelo valor da alienação das partes beneficiárias, foi classificada de acordo com a alínea “a” do § 1º do art. 182 da Lei nº 6.404/76, alterada pela Lei nº 11.638/07 (Nota explicativa 18.2).

2.21 - Reconhecimento da receita

A receita operacional é reconhecida quando existem as seguintes evidências convincentes:

- de que os riscos e benefícios mais significativos foram transferidos para o comprador;
- de ser provável que os benefícios econômico-financeiros fluirão para a entidade;
- de que os custos associados possam ser estimados de maneira confiável; e
- de que o valor da receita operacional possa ser mensurado de maneira confiável.



A receita de comercialização de energia é registrada com base no contrato bilateral firmado com o agente de mercado CEB Distribuição e devidamente registrado na CCEE - Câmara de Comercialização de Energia Elétrica.

2.22 - Adoção de pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC novas e revisadas

a) Novas normas, alterações e interpretações

O International Accounting Standards Board (IASB) e o Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) emitiram revisões às normas existentes, aplicáveis a partir de 01/01/2020. A relação destas revisões aplicáveis e adotadas pela Companhia e respectivos impactos é apresentada a seguir:

Revisão e normas impactadas	Correlação IASB	Data de publicação	Aplicável a partir de	Impactos contábeis
Revisão de Pronunciamentos Técnicos nº 14				
Pronunciamento Técnico CPC 00 (R2) -Estrutura Conceitual para Relatório Financeiro (Conceptual Framework)	Conceptual Framework	10/12/2020	01/01/2020	Sem impactos relevantes
Alterações anuais IASB -Ciclo de melhorias 2017-2019	Diversos	10/12/2020	01/01/2020	Sem impactos relevantes
Revisão de Pronunciamentos Técnicos nº 15				
Pronunciamento Técnico CPC 48 –Instrumentos Financeiros	IFRS 9	06/03/2020	01/01/2020	Sem impactos relevantes
Revisão de Pronunciamentos Técnicos nº 16				
Pronunciamento Técnico CPC 06(R2)–Arrendamentos	IFRS 16	07/07/2020	01/01/2020	Sem impactos relevantes

b) Normas a partir de 2021

A partir de 01/01/2021, estarão vigentes os seguintes pronunciamentos, os quais não foram adotados antecipadamente pela Companhia:

Revisão e normas impactadas	Correlação IASB	Previsão de publicação	Aplicável a partir de	Impactos contábeis
Minuta de Revisão de Pronunciamentos Técnicos nº 17				
Pronunciamentos Técnicos CPC 06 (R2)-Arrendamento e CPC 48–Instrumentos Financeiros.	IFRS 16 e 9	11/02/2021	01/01/2021	Sem impactos relevantes

2.23– Reapresentação das Notas explicativas às Demonstrações financeiras de 2020

As Demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2020 haviam sido emitidas pela Diretoria Executiva em 26 de fevereiro de 2021; todavia, após a esta data, a Administração decidiu incluir mais informações relacionadas ao fato de a CEB Distribuição, cliente único da CEB Lajeado, deixar de ser parte relacionada, conforme mencionado na Nota explicativa 32 “b”. Não houve qualquer alteração das informações anteriormente divulgadas.

2.24- Aprovação das demonstrações financeiras

Estas demonstrações financeiras foram aprovadas pela Administração em 17 de março de 2021.

3 - Caixa e equivalentes de caixa

	31/12/2020	31/12/2019
Caixa rotativo	3	1
Banco Itaú – Conta Corrente	2	4
Banco de Brasília – BRB – Conta Corrente	2	-
Banco de Brasília – BRB – Aplicação Financeira	88.496	70.693
Total	88.503	70.698

As aplicações financeiras correspondem a Certificados de Depósitos Bancários – CDB contratados em instituição financeira nacional de grande porte, com possibilidade de resgate a qualquer tempo com remuneração entre 95% a 103% da variação do Certificado de Depósito Interbancário – CDI. De acordo com a legislação do Distrito Federal, a Companhia está obrigada a manter as suas aplicações financeiras somente no BRB.

4 - Concessionários e permissionários

	31/12/2020	31/12/2019
CEB Distribuição S.A (a)	16.125	13.673
Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (b)	194	2.255
Perda Estimada com Crédito de liquidação duvidosa	(104)	(104)
Estimativa Venda de Energia MCP (c)	38	1.592
Total	16.253	17.416

- a) CEB Distribuição: Refere-se ao faturamento mensal do mês de dezembro de 2020 à CEB Distribuição, sendo que o recebimento ocorre em três parcelas que vencem nos dias 3, 13 e 23 do mês posterior ao da venda de energia.
- b) Câmara de Comercialização de Energia Elétrica: O saldo a receber de R\$90 mil, líquido de provisão, é composto pelo crédito acumulado pela Companhia perante a Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE até o mês de novembro de 2020, resultantes da sua operação no Mercado de Curto Prazo – MCP.
- c) Este montante de R\$38 mil refere-se à estimativa de liquidação positiva a receber da CCEE para o mês de dezembro/2020. O mesmo será estornado no mês de janeiro/2021, e posteriormente ajustado com o valor realizado.

5 - Caução em garantia – CCEE

O saldo de R\$140 mil em 31 de dezembro de 2020 (R\$10 mil em 31/12/2019) representa a garantia financeira depositada pela Companhia em conta bancária específica determinada pela CCEE para realização da liquidação financeira do Mercado de Curto Prazo. Esse montante permanece aplicado, com remuneração atrelada ao CDI, até que a Companhia liquide a compra de energia no referido Mercado.

6 - Dividendos e juros sobre capital próprio a receber

A movimentação de dividendos e juros sobre capital próprio com a investida Investco durante o ano de 2020 foi:

	31/12/2019	Adições	Recebimentos	31/12/2020
Juros sobre Capital Próprio – 2019 (Ações Classes ON e R) (a)	1.168	-	(1.168)	-
Juros sobre Capital Próprio – 2019 (Ações Classes A e B) (a)	17	-	(17)	-
Dividendos Adicionais Propostos – 2019 (Ações Classes ON e R) (b)	-	4.564	(4.564)	-
Dividendos Adicionais Propostos – 2019 (Ações Classes A e B) (b)	-	56	(56)	-
Juros sobre Capital Próprio – 2020 (Ações Classes ON e R) (c)	-	3.730	-	3.730
Juros sobre Capital Próprio – 2020 (Ações Classes A e B) (c)	-	83	-	83
Totais	1.185	8.433	(5.805)	3.813

- a) No mês de dezembro de 2019 a coligada informou a distribuição complementar de juros sobre capital próprio no valor de R\$1.185 mil líquido do IRRF. Desse crédito, R\$1.168 mil são referentes às ações ordinárias e R\$17 mil de ações preferenciais de classe “A”. Os mesmos foram recebidos no 3º trimestre de 2020.
- b) O valor de dividendos adicionais propostos foi deliberado pela Assembleia Geral Ordinária, realizada no mês de julho/2020, no qual aprovou as Demonstrações Financeiras da Investco do ano de 2019, cabendo o montante a Companhia de R\$4.620 mil, sendo R\$ 4.564 mil referentes as ações ordinárias e R\$56 mil das ações preferencias de classe “A e B” Os mesmos foram recebidos no 3º trimestre de 2020.
- c) Adicionalmente em dezembro de 2020 a coligada informou a distribuição de juros sobre capital próprio relativo a apuração de resultado 2020, no montante de R\$3.813 mil líquido do IRRF. Desse crédito, R\$3.730 mil são referentes às ações ordinárias e preferenciais de classe “R” e R\$83 mil de ações preferenciais de classe “A e B”.

7 - Repactuação do risco hidrológico

O valor de R\$10.016 mil em 31 de dezembro de 2020 (R\$11.230 mil – 31/12/2019), sendo R\$ 1.214 mil no Ativo circulante e R\$ 8.802 mil no Ativo não circulante, é decorrente do crédito instituído pela Resolução ANEEL nº 684, de 11 de dezembro de 2015, que regulamentou a Lei 13.203, de 08 de dezembro de 2015, para compensação do prêmio de seguro a pagar pelos agentes de mercado em função da Repactuação do Risco Hidrológico. O saldo foi apurado de acordo com o Anexo II da Referida resolução da ANEEL, sendo que a CEB Lajeado deixará de pagar o encargo do seguro até 1º de abril de 2029, o mesmo crédito apurado está sendo amortizado linearmente até esta data. No exercício de 2020, a Companhia amortizou o valor de R\$1.214 mil (Nota explicativa 20.c).

8 - Outros créditos

	31/12/2020	31/12/2019
Depósitos Judiciais (a)	2.081	1.199
Pesquisa e Desenvolvimento - P&D (b)	1.510	806
Adiantamento a empregado/diretores	27	21
Total	3.618	2.026
Circulante	1.537	827
Não circulante	2.081	1.199

- a) Depósitos judiciais: O saldo de R\$2.081 mil é composto por 17 (dezessete) processos judiciais tributários em ação movida contra a Fazenda Nacional em processos que tramitam no Tribunal Regional Federal da 1ª Região (TRF-1). A Companhia pleiteia o reconhecimento judicial dos créditos informados no Pedido Eletrônico de Restituição e Ressarcimento (Per/Dcomp).
- b) Pesquisa e Desenvolvimento – P&D: O saldo em 31/12/2020 de R\$1.510 mil, refere-se ao desembolso no projeto de “Hibridação em fontes de Geração” conforme mencionado na (Nota explicativa 1.4).

9 - Títulos a receber – Investco S.A.

O saldo de R\$1.539 mil em 31 de dezembro de 2020 (R\$1.436 mil – 31/12/2019) corresponde ao dividendo anual fixo, cumulativo, de 3% sobre o valor das ações preferenciais classes “A” e “B” de emissão da coligada Investco, trazidos a valor presente na data do balanço, conforme regulamentado pelo artigo 8º do Estatuto Social da Investco.

Pelo fato de constituir um ativo estatutário da CEB Lajeado oriundo de sua participação na Investco, essas ações, inconversíveis em ordinárias e sem direito a voto nas Assembleias Gerais, foram classificadas como um instrumento financeiro recebível conforme determina o parágrafo 19 da NBC TG 39 (R5).

A estimativa de valor justo desse ativo foi efetuada considerando-se as condições acima descritas para pagamento dos dividendos anuais até 2032 (término da concessão) e trazido a valor presente a uma taxa de desconto de 8,70% a.a., conforme quadro a seguir:

	31/12/2020	31/12/2019
Títulos a receber – INVESTCO	2.460	2.460
(-) Ajuste a valor presente	(1.556)	(1.628)
Total (a)	904	832
Juros Ações Classe A e B - Preferencias Investco	960	977
(-) Ajuste a valor presente	(325)	(373)
Total (b)	635	604
Total (a+b)	1.539	1.436

10 - Investimentos – Participações societárias

A CEB Lajeado possui participação de 20% nas ações ordinárias na empresa Investco S.A. (somado a participação nas ações preferenciais o total é de 16,98%) e, conseqüentemente, tem o direito de indicação de um Conselheiro e um Diretor naquela Companhia, sendo, portanto, classificada como coligada pela influência que exerce sobre a investida. Nessas condições, considerando ser um investimento relevante, este é avaliado pelo método de equivalência patrimonial proporcional a participação da CEB Lajeado no Patrimônio Líquido da Investco, apurado em 31 de dezembro de 2020. Além da participação nas ações ordinárias, a Companhia participa em 20% das Ações preferenciais classe “R”, 20% das ações preferenciais classe “B” e 6,02% das ações preferenciais classe “A”.

O capital social da Investco é de R\$804.459 mil, totalmente subscrito e dividido em 786.406.270 ações nominativas sem valor nominal. A segregação das ações por classe e a respectiva participação da CEB Lajeado podem ser assim demonstradas:

	Quant. Ações Investco	% CEB Lajeado	Quant. Ações CEB Lajeado
Ações ordinárias	402.202	20,00%	80.440
Ações preferenciais classe "R"	255.560	20,00%	51.112
Ações preferenciais classe "C"	107.199	0,00%	-
Ações preferenciais classe "B"	5.156	20,00%	1.031
Ações preferenciais classe "A"	16.289	6,02%	980
Total	786.406	16,98%	133.563

Cada ação ordinária detida pela CEB Lajeado lhe assegura o direito a um voto nas deliberações das Assembleias Gerais. As ações preferenciais, conforme já mencionado anteriormente, são inconversíveis em ações ordinárias e não terão direito a voto nas Assembleias Gerais. As ações preferenciais gozam dos seguintes direitos:

- Ações preferenciais classe “R”: recebimento de um dividendo anual fixo, não cumulativo, de 1% (um por cento) sobre o valor da sua respectiva participação no capital social;
- Ações preferenciais classe “C”: recebimento de um dividendo anual fixo, cumulativo, de 3% (três por cento) sobre o valor de sua respectiva participação no capital social;
- Ações preferenciais classe “B”: recebimento de um dividendo anual fixo, cumulativo, de 3% (três por cento) sobre o valor de sua respectiva participação no capital social;
- Ações preferenciais classe “A”: recebimento de um dividendo anual fixo, cumulativo, de 3% (três por cento) sobre o valor de sua respectiva participação no capital social, sem prejuízo do disposto no artigo 9º do Estatuto da Companhia; e
- Prioridade no reembolso do capital, sem prêmio, em caso de liquidação da sociedade e, depois de reembolsadas as ações ordinárias, participação igualitária com essas últimas no rateio do excesso do patrimônio líquido que se verificar.

As ações preferenciais de classes “A” e “B” detidas pelas CEB Lajeado são consideradas ativos financeiros e, conseqüentemente, não são reconhecidas como investimentos, sendo registradas no ativo na rubrica de “Títulos a receber – Investco S.A.” (Nota explicativa 9).

Os principais números da Investco em 31 de dezembro de 2020 e 31 de dezembro de 2019 são:

BALANÇO PATRIMONIAL	31/12/2020	31/12/2019
Total ativo circulante	121.848	73.787
Ativo não circulante	1.036.084	1.068.903
Realizável a longo prazo	1.800	1.731
Imobilizado	1.015.103	1.043.808
Intangível	19.181	23.364
TOTAL ATIVO	1.157.932	1.142.690
Passivo circulante	51.107	31.576
Passivo não circulante	197.524	191.470
Patrimônio líquido	874.859	847.569
Resultado do período	34.442	72.076
TOTAL PASSIVO + PATRIMÔNIO	1.157.932	1.142.690

A Companhia não identificou indicadores que possam reduzir o valor recuperável de seu investimento na Investco, bem como do ágio relacionado a este ativo (Nota explicativa 11) em 31 de dezembro de 2020. A CEB Lajeado faz anualmente uma avaliação do valor do investimento com o objetivo de verificar a necessidade de eventual provisão para *impairment*. A Demonstração do Resultado da Investco para o exercício findos em 31 de dezembro de 2020 e de 2019 é apresentada a seguir:

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO	31/12/2020	31/12/2019
Receita líquida	146.886	188.053
(-) Custo de operação	(59.611)	(59.041)
(=) Lucro bruto	87.275	129.012
(+/-) Despesas e receitas operacionais	(11.987)	(12.615)
(+/-) Resultado financeiro líquido	(34.434)	(24.702)
(=) Resultado antes dos tributos	40.854	91.695
(+/-) IR e CS correntes e diferidos	(6.412)	(19.619)
LUCRO LÍQUIDO	34.442	72.076

A Usina tem potência instalada de 902,5 MW, distribuída em cinco unidades geradoras com potência de 180,5 MW cada, porém a companhia não é titular exclusiva do Contrato de Concessão, sendo titular de 1%. A Investco tem contrato de arrendamento dos ativos da UHE Lajeado com as demais concessionárias, nos termos do qual o arrendamento é proporcional à participação das concessionárias no Contrato de Concessão. Assim, esta

investida tem duas fontes de receita: o próprio arrendamento dos ativos da UHE Lajeado e a venda de 1% da energia elétrica gerada por esta. A energia elétrica gerada pela UHE Lajeado é utilizada e comercializada pelos respectivos titulares da concessão compartilhada da usina, na condição de “Produtor Independente”, na proporção da participação de cada um deles na concessão, nos termos do Contrato de Concessão.

O contrato de arrendamento objetiva assegurar à Investco receita suficiente para garantir o seu funcionamento nas melhores condições até o final da concessão. O cálculo do contrato de arrendamento é baseado na remuneração de 8,83% ao ano corrigido pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA sobre 99% do valor do ativo imobilizado líquido, acrescido da depreciação acumulada, sendo que todos os valores utilizados no cálculo são projetados. Decorrido o período, anualmente, aplica-se o Coeficiente de Ajuste - CA, cujo objetivo é calcular os valores reais, identificando a diferença entre os valores cobrados anteriormente, e ajustada a diferença a maior ou a menor na projeção do ano seguinte. O quadro a seguir apresenta o valor anual do arrendamento nos últimos dois anos e para o ano de 2021:

	2019	2020	2021
Valor anual do Arrendamento	198.929	152.373	130.070
CEB Lajeado (cota)	39.780	30.475	26.014

Conforme demonstrado, o valor do arrendamento diminuiu em 2020 em comparação ao ano anterior, decorrente de baixas de ativo imobilizado e da projeção menor do IPCA para 2020. Para 2021 as mesmas premissas estão sendo adotadas em 2020, resultando em um deságio aproximado de 14,6% em comparação com os valores praticados em 2020. A movimentação do investimento na Investco para o ano de 2019 e para o exercício de 2020 é demonstrada a seguir:

Saldo em 31 de dezembro de 2018	179.176
Equivalência patrimonial	14.415
Dividendos recebidos de ações ordinárias	(3.379)
JSCP creditados de ações ordinárias	(6.238)
Outros resultados abrangentes	(45)
Saldo em 31 de dezembro de 2019	183.929
Equivalência patrimonial	6.888
Dividendos recebidos de ações ordinárias	(4.564)
JSCP creditados de ações ordinárias	(4.402)
Outros resultados abrangentes	9
Saldo em 31 de dezembro de 2020	181.860

As demonstrações financeiras da Investco para o exercício findo em 31 de dezembro de 2020 foram auditadas por outros auditores independentes que emitiram Opinião sem ressalva datada em 18 de fevereiro de 2021.

11 - Intangível

Refere-se ao ágio gerado na operação de reestruturação societária ocorrida na Companhia nos anos de 2005 e 2006, quando foram adquiridos da Eletrobrás 46.890.423 ações preferenciais classe “R” da Investco, representativas de 7,50% do capital total da investida. O valor negociado foi de R\$213.452 mil, pagos à Eletrobrás da seguinte forma:

- 54.835.800 ações preferenciais da própria CEB Lajeado, emitidas ao preço de R\$1,134788 por ação, totalizando R\$62.227 mil, representando 40,07% do capital social da Companhia; e

- 10.000 (dez mil) partes beneficiárias ao valor de R\$151.225 mil, registrado como reserva de capital na CEB Lajeado, que assegurarão à Eletrobrás uma participação de 10% nos lucros da Companhia e deverão ser conversíveis em ações preferenciais em 31 de outubro de 2032.

Dessa forma, do montante pago pelas ações de R\$213.452 mil, R\$54.506 mil representavam o valor patrimonial das ações na Investco em 30 de novembro de 2005, data da última correção da dívida e, conseqüentemente, reconhecidos como investimento na CEB Lajeado. Classificado como intangível, a diferença entre o valor pago e o valor patrimonial resultou em um ágio de R\$158.946 mil que, a partir de janeiro de 2006, está sendo amortizado anualmente em R\$5.887 mil, com prazo final em dezembro de 2032, conforme demonstrado a seguir:

	31/12/2020	31/12/2019
Ágio	158.946	158.946
Amortização acumulada	(88.303)	(82.416)
Saldo líquido	70.643	76.530

A movimentação do Intangível para os exercícios de 2019 e de 2020 é apresentada a seguir:

Saldo líquido em 31 de dezembro de 2018	82.417
Amortização	(5.887)
Saldo líquido em 31 de dezembro de 2019	76.530
Amortização	(5.887)
Saldo líquido em 31 de dezembro de 2020	70.643

12 - Contas a pagar

O saldo de contas a pagar está apresentado pelos valores conhecidos ou estimáveis até a data do balanço, acrescido da variação monetária, quando aplicável.

	31/12/2020	31/12/2019
Arrendamento - Investco S.A. (a)	2.540	3.315
Encargos de uso do sistema de transmissão (b)	1.346	1.352
Fornecedores de serviços	16	16
Total	3.902	4.683

- a) Arrendamento – Investco S.A.: Refere-se ao arrendamento a pagar à Investco pela utilização do seu ativo imobilizado para geração de energia comercializada pela CEB Lajeado, conforme mencionado na Nota explicativa 1.3.
- b) Encargos de uso do sistema de transmissão: Referem-se aos custos dos serviços prestados de transmissão de energia elétrica, cujo controle e coordenação são efetuados pelo Operador Nacional do Sistema Elétrico – ONS.

13 - Salários e encargos sociais

	31/12/2020	31/12/2019
Provisão de Férias	149	126
Tributos Sobre Folha	143	152
Consignações em Favor de Terceiros	25	27
Pessoal Cedido CEB D	18	16
Total	335	321

14 – Obrigações tributárias

Estão representadas pelas obrigações tributárias, conforme detalhado abaixo:

	31/12/2020	31/12/2019
IRPJ e CSLL Correntes a Pagar	22.840	21.898
IRRF sobre juros sobre capital próprio	2.052	2.250
IRPJ e CSLL Diferidos	13	541
PIS a recolher	266	179
COFINS a recolher	1.320	894
Outros tributos a recolher	3	4
Total	26.494	25.766
Circulante	26.481	25.225
Não Circulante	13	541

15 - Obrigações com acionistas

A distribuição financeira realizada pela CEB Lajeado aos seus acionistas durante referente aos dividendos e juros sobre capital próprio, esta demonstrada no quadro a seguir.

	31/12/2019	Adições	Pagamentos	31/12/2020
Companhia Energética de Brasília - CEB				
Juros sobre Capital Próprio - 2019 - (ON) (a)	7.130	-	(7.130)	-
Dividendos Adicionais Propostos 2019 - (ON) (b)	-	19.063	(19.063)	-
Juros sobre Capital Próprio – 2020 - (ON) (c)	-	6.501	-	6.501
Subtotal	7.130	25.564	(26.193)	6.501
Eletrobrás				
Juros sobre Capital Próprio – 2019 - (PN) (a)	5.620	-	(5.620)	-
Dividendos Adicionais Propostos 2019 - (PN) (b)	-	15.025	(15.025)	-
Juros sobre Capital Próprio – 2020 - (PN) (c)	-	5.124	-	5.124
Partes Beneficiárias 2019 e 2020 - (PN) (d)	7.624	6.667	(7.624)	6.667
Subtotal	13.244	26.816	(28.269)	11.791
Total	20.374	52.380	(54.462)	18.292

- a) Juros Sobre Capital Próprio - 2019: Os juros sobre capital próprio – JSCP foram calculados conforme o art. 9º da Lei 9.249/95, considerando a TJPL sobre o patrimônio líquido de 2019, limitado a 50% do lucro líquido do exercício apurado antes da dedução desses juros, após a dedução da CSLL. Em 19 de dezembro de 2019 a Diretoria decidiu, por meio da Ata nº 167ª, aprovar o pagamento de R\$15.000 mil de juros sobre capital próprio aos seus acionistas de Classes ON e PN, sendo de R\$7.130 mil para a CEB Holding e R\$5.620 mil para a Eletrobrás, já líquidos do imposto de renda retido na importância de R\$2.250 mil. Os mesmos foram integralmente pagos no primeiro semestre de 2020.
- b) Dividendos Adicionais Propostos – 2019: Os dividendos a pagar são reconhecidos como um passivo nas demonstrações financeiras somente ao final do exercício e qualquer valor acima do mínimo obrigatório será mantido no patrimônio líquido, em conta específica, até a deliberação da Assembleia Geral dos acionistas, conforme determina a Lei 6.404/76, e de acordo com ITG 08 - Contabilização da Proposta de Pagamento de Dividendos.

No segundo trimestre de 2020, a Companhia aprovou, por meio de Assembleia Geral Ordinária, as suas Demonstrações financeiras do exercício de 2019 e a deliberação sobre a destinação de dividendos adicionais que estavam registrados em conta específica do patrimônio líquido e, neste ato, foram transferidos para o passivo, cujo montante totalizou R\$34.088 mil. Desse total, R\$19.063 mil foram destinados ao acionista controlador CEB Holding (ON) e R\$15.025 mil a Eletrobrás (PN), ambos integralmente liquidados no primeiro semestre de 2020.

- c) Juros Sobre Capital Próprio – 2020: Os juros sobre capital próprio – JSCP foram calculados conforme o art. 9º da Lei 9.249/95, considerando a TJPL sobre o patrimônio líquido de 2019, limitado a 50% do lucro líquido do exercício apurado antes da dedução desses juros, após a dedução da CSLL. Em 17 de dezembro de 2020 a Diretoria decidiu, por meio da Ata nº 179ª, aprovar o pagamento de R\$13.677 mil de juros sobre capital próprio aos seus acionistas de Classes ON e PN, sendo de R\$6.501 mil para a CEB Holding e R\$5.124 mil para a Eletrobrás, já líquidos do imposto de renda retido na importância de R\$2.052 mil.
- d) Partes beneficiárias: As partes beneficiárias conferem ao seu titular direito de crédito eventual contra a Companhia, no montante equivalente a 10% do lucro líquido do exercício apurado, observando-se o disposto na Lei 6.404/76. No primeiro semestre de 2020 foi paga a importância de R\$ 7.624 mil relativa ao exercício de 2019. Em 2020 a Companhia registrou uma provisão de R\$ 6.667 mil, que foi calculado no resultado tendo como base o resultado depois do IRPJ e CSLL.

16 - Pesquisa e desenvolvimento

	31/12/2020	31/12/2019
Recursos em poder da empresa	4.530	3.748
Fundo Nacional do Desenvolvimento Científico e Tecnológico	153	129
Ministério das Minas e Energia	76	64
Total	4.759	3.941

17 - Outras obrigações

	31/12/2020	31/12/2019
Compensação financeira utilização recursos hídricos	792	548
Taxa de fiscalização ANEEL	46	46
Total	838	594

18 - Patrimônio líquido

18.1 - Capital social

O capital social da CEB Lajeado é de R\$112.284 mil em 31 de dezembro de 2020 e em 31 de dezembro de 2019, totalmente subscrito e integralizado, representado por 136.850.013 ações nominativas, sem valor nominal, sendo 82.013.911 ações ordinárias e 54.836.102 ações preferenciais, divididas da seguinte forma:

Acionistas	Ações ordinárias		Ações preferenciais		Total de ações		
	Quantidade	%	Quantidade	%	Valor (R\$)	Quantidade	%
CEB Holding	82.013.911	100	-	-	67.291.552	82.013.911	59,93
Eletrobrás	-	-	54.835.800	100	44.992.198	54.835.800	40,07
Amadeu Zamboni	-	-	300	-	247	300	-
Sérgio Feijão	-	-	2	-	1	2	-
Total	82.013.911	100	54.836.102	100	112.283.998	136.850.013	100

Os acionistas têm direito aos dividendos mínimos obrigatórios de 25% do lucro líquido, na forma da Lei 6.404/76, podendo a ele ser imputado o valor dos juros sobre capital próprio - JSCP pagos ou creditados, a título de remuneração do capital próprio, integrando o montante dos dividendos a distribuir pela Companhia, para todos os efeitos legais e nos termos da Lei nº 9.249, de 26 de dezembro de 1995, e regulamentação posterior.

O Acordo de Acionistas celebrado entre CEB Holding e Eletrobrás prevê:

- a) Distribuição integral dos lucros apurados na forma de dividendos e/ou juros sobre o capital próprio;
- b) Garantia de rendimento à Eletrobrás equivalente a 49,67% do lucro de cada exercício, composto pelos dividendos das ações preferenciais, das partes beneficiárias e reservas constituídas, exceto a de investimentos;
- c) As ações preferenciais gozarão do direito ao recebimento de dividendo, por ação preferencial, 10% (dez por cento) superior ao atribuído a cada ação ordinária.

Os lucros líquidos apurados em cada exercício serão destinados sucessivamente e nesta ordem, observado o disposto no art. 202, incisos I, II e III da Lei nº 6.404/76, da seguinte forma:

- a) 5% (cinco por cento) serão aplicados, antes de qualquer outra destinação, para constituição da Reserva Legal, que não excederá 20% (vinte por cento) do capital social;
- b) uma parcela, por proposta dos órgãos da administração, poderá ser destinada à formação de reservas para contingências, na forma prevista no art. 195 da Lei nº 6.404, de 1976;
- c) serão destinados ao pagamento de dividendos às ações ordinárias e preferenciais, observado o disposto no art. 5º, Parágrafo 2º, do estatuto, 25% dos lucros líquidos, diminuídos ou acrescidos dos seguintes valores: (a) importância destinada à constituição da reserva legal; (b) importância destinada à formação da reserva para contingências e reversão da mesma reserva formada em exercícios anteriores;
- d) importância decorrente da reversão da reserva de lucros a realizar formada em exercícios anteriores, nos termos do art. 202, inciso III da Lei nº 6.404/76;
- e) uma parcela, por proposta dos órgãos da administração, poderá ser retida com base em orçamento de capital previamente aprovado, nos termos do art. 196 da Lei nº 6.404/76; e
- f) no exercício em que o montante do dividendo obrigatório ultrapassar a parcela realizada do lucro do exercício, a Assembleia Geral poderá, por proposta dos órgãos de administração, destinar o excesso à constituição de reserva de lucros a realizar, observado o disposto no art. 197 da Lei nº 6.404/76.

18.2 - Reserva de capital

Refere-se ao montante de 10.000 partes beneficiárias pertencentes a Eletrobrás ao valor total de R\$ 151.225, títulos sem valor nominal, estabelecidos pelo estatuto social com base no art. 46 da Lei 6.404/76 e alterações posteriores, que assegurarão à Eletrobrás uma participação de 10% nos lucros da Companhia. O prazo de vigência das partes beneficiárias será até o ano de 2032 (final da concessão), quando então a reserva de capital deverá ser convertida em ações preferenciais, de modo que represente 5,084% do capital social na ocasião.



18.3 - Reserva de lucros

O saldo é composto dos seguintes valores:

		31/12/2020	31/12/2019
Reserva legal	(a)	13.950	10.950
Dividendos adicionais propostos	(b)	43.329	34.088
Total		57.279	45.038

- a) Reserva legal: A reserva legal é constituída ao final de cada exercício social, conforme art. 193 da Lei 6.404/76 e suas alterações, na base de 5% do lucro líquido do exercício, antes de qualquer destinação, deixando a sua constituição de ser obrigatória quando o valor da reserva exceder a 20% do capital social. Essa reserva tem como finalidade assegurar a integridade do capital social.
- b) Dividendos adicionais propostos: No exercício de 2020, a administração destinou o valor de R\$34.088 mil, que corresponde ao valor dos dividendos adicionais propostos, deduzidos da distribuição de dividendos intercalares e dos juros sobre capital próprio. Esse montante foi mantido no patrimônio líquido, conforme determina a Lei nº 6.404/76, de acordo com as normas descritas na ITG 08. A Assembleia Geral Ordinária realizada em 24 de abril de 2020 aprovou o pagamento dos dividendos que foram classificados no passivo e integralmente pagos no 2º trimestre de 2020.

Em dezembro de 2020, a Administração destinou o valor de R\$43.329 mil para constituição da provisão de dividendos adicionais propostos referentes ao excesso sobre o dividendo mínimo obrigatório declarado no final de 2020. O mesmo, sendo classificado como Dividendos adicionais propostos, e será submetido à apreciação da Assembleia Geral Ordinária que irá aprovar a destinação do resultado do exercício de 2020.

18.4 - Ajuste de avaliação patrimonial

Refere-se à contabilização de reserva originária de benefícios pós-emprego relativa a ganhos e perdas atuariais na coligada Investco. Após a movimentação desta conta, em 31 de dezembro de 2020, seu saldo é de R\$28 mil.

19 - Receita operacional líquida

		31/12/2020	31/12/2019
Venda de energia elétrica - CEB Distribuição S.A	(a)	171.429	160.063
Venda de Energia no Ambiente de Comercialização Livre (ACL)	(b)	-	9.867
Energia de curto prazo – CCEE	(c)	1.405	26.757
Outras Receitas de Operação – CCEE	(c)	18.540	19.754
Receita operacional bruta		191.374	216.441
PIS / COFINS		(18.260)	(20.461)
Pesquisa e Desenvolvimento		(1.689)	(1.912)
Taxa fiscalização Aneel		(547)	(549)
Compensação Financeira utilização recursos hídricos		(4.162)	(3.084)
(-) Deduções da receita		(24.658)	(26.006)
Receita operacional líquida		166.716	190.435

- a) Venda de energia elétrica – CEB Distribuição S.A.: O aumento da receita faturada à CEB Distribuição deve-se ao reajuste da tarifa pelo (IGPM). O total faturado em 2020 e 2019 foi de 823.822,5 MWH, conforme (Nota explicativa 1.3).

- b) Venda de Energia no ACL em 2019: Em função do excesso de energia no MRE, a Companhia realizou a venda direta no Ambiente de Comercialização Livre - ACL, na quantidade de 10 MW médios com preço médio de R\$ 429,11 MWh em Fevereiro/19 e 40 MW médios com preço de R\$ 234,40 MWh em Agosto/19, com pequeno deságio em comparação ao PLD, todavia com realização financeira imediata. O mesmo evento não ocorreu em 2020 devido as circunstâncias de mercado de energia elétrica.
- c) Energia de curto prazo – CCEE e Outras receitas de operação – CCEE: A diminuição da receita perante a CCEE em 2020 se deve pela diminuição da geração de energia no âmbito do MCP. O saldo total de R\$19.945, refere-se aos meses de janeiro à novembro que foram contabilizados com base nas informações oficiais divulgadas pela CCEE.

20 – Custo com energia elétrica e operação

	31/12/2020	31/12/2019
Energia elétrica comprada para revenda (a)	27.282	39.642
Arrendamento Investco S.A. (b)	27.656	36.106
Custo uso do sistema de transmissão	13.190	12.551
Prêmio de seguro - Repactuação do risco hidrológico (c)	1.214	1.214
Seguro Repactuação de Risco Hidrológico	88	84
Contribuição compulsória CCEE	81	84
Outros Custos Operacionais - CCEE	2	45
Total	69.513	89.726

- a) Energia elétrica comprada para revenda: O valor se refere à compra de energia no Mercado de Curto Prazo e encargos imputados aos agentes de mercado pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE. Esse custo deve ser analisado conjuntamente com a receita reconhecida, conforme Nota explicativa 19.c, no mesmo período e os seus devidos tributos. Dessa forma, a exposição líquida da Companhia na CCEE em 2020 foi negativa em de R\$7.337 mil e positiva em R\$6.869 mil em 2019.
- b) Arrendamento Investco S/A: Despesa relativa ao arrendamento dos ativos da UHE Luís Eduardo Magalhães pertencentes à Investco, apurado conforme detalhado na Nota explicativa 10. A redução da despesa em 2020 ocorreu pelo ajuste anual do arrendamento, conforme apresentado na referida na Nota explicativa.
- c) Prêmio de Seguro – Repactuação risco hidrológico: Refere-se à amortização do ressarcimento da energia adquirida em 2015 como um benefício para as empresas que optaram pela repactuação do risco hidrológico. Esse saldo está sendo utilizado para compensação do seguro instituído pela ANELL como parte da transferência do risco após a repactuação, conforme mencionado na Nota explicativa 7.

21 – Despesas gerais e administrativas

	31/12/2020	31/12/2019
Pessoal	2.331	1.761
Serviços de terceiros	1.994	1.801
Material	7	6
Depreciação	18	16
Apólice Seguro	16	17
Despesas diversas	4	5
Total	4.370	3.606

22 – Resultado financeiro

	31/12/2020	31/12/2019
Despesas financeiras		
Ajuste a Valor Presente	(72)	(172)
Multas Moratórias e Compensatórias	(1)	-
Variação Monetária sobre Operações no MCP (c)	(8)	(2.577)
Outras despesas financeiras	(367)	(520)
Subtotal	(448)	(3.269)
Receita financeira		
Receita financeira sobre aplicação financeira (a)	1.849	2.453
Juros e multas - Contas a Receber (b)	-	964
Ajuste a Valor Presente	176	157
JSCP Ações Preferenciais Investco	84	106
Variação Monetária	782	450
Outras receitas financeiras	55	43
Subtotal	2.946	4.173
Resultado financeiro líquido	2.498	904

- a) Receita financeira sobre aplicação financeira: receita apurada pela aplicação do excedente de disponibilidade financeira da Companhia.
- b) Juros e multa – Contas a receber: O valor apresentado refere-se a juros, multas e atualização monetária incidentes contas a receber da CEB Distribuição, composto por uma parcela do mês de dezembro/2018 e mais duas parcelas do mês de janeiro/2019, integralmente recebidas no 1º semestre de 2019. Para o ano de 2020 não ocorreram atrasos em recebimentos das parcelas com a CEB Distribuição.
- c) Variação monetária sobre operações no MCP: O montante de R\$2.577 mil como despesas e R\$450 mil como receita refere-se a encargos apurados pela CCEE e que foram positivos e negativos em 2019. Em 2020 a o resultado foi R\$8 mil como despesa e R\$782 mil com receita. Cabe ressaltar que a Companhia não possui qualquer gestão sobre este montante, sendo ele imputado diretamente aos agentes de mercado.

23 – Imposto de renda e contribuição social

23.1 – Imposto de renda e contribuição social corrente

A Companhia registrou montante similar de despesa com IR e CS correntes em 2019 e em 2020, apesar de redução do resultado antes dos tributos (R\$106.259 mil em 2019 e para R\$95.545 mil em 2020). Esta variação não impactou na apuração destes tributos uma vez que foi motivada principalmente pela redução do resultado de equivalência patrimonial, item que não afeta a base tributável.

Um resumo da apuração dos tributos é apresentado a seguir:



	31/12/2020		31/12/2019	
	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL
Resultado antes do IRPJ e CSLL	95.545	95.545	106.259	106.259
Adições permanentes				
Amortização	5.887	5.887	5.887	5.887
Gratificação Férias de Diretores	29	29	29	29
Gratificação Natalina de Diretores	68	68	53	53
AVP Ágio Ações Preferenciais Classes (A, B e C) (PN)	72	72	172	172
Pis e Cofins S/Receita Financeira - (Liminar)	122	122	180	180
JSCP Creditados Coligadas – Ações (ON e R)	4.402	4.402	6.239	6.239
JSCP Creditados Coligadas – Ações (A, B e C)	84	84	106	106
Apólice Seguro Administradores	16	16	17	17
Provisão para Contingências Fiscais	787	787	276	276
	11.467	11.467	12.959	12.959
Adições temporárias				
Provisão MCP-CCEE	332	332	(2.974)	(2.974)
Exclusões permanentes				
Resultado equivalência patrimonial	(6.888)	(6.888)	(14.415)	(14.415)
JSCP Creditados no Exercício – Acionistas (ON e PN)	(13.676)	(13.676)	(15.000)	(15.000)
Receita de Dividendos – Ações Preferenciais Classes (A; B e C) (PN)	(55)	(55)	(41)	(41)
AVP Ágio Ações Preferenciais Classes (A; B e C) (PN)	(176)	(176)	(157)	(157)
	(20.795)	(20.795)	(29.613)	(29.613)
(=) Base de cálculo IRPJ e CSLL corrente	86.549	86.549	86.631	86.631
Alíquota	15%	9%	15%	9%
Adicional (lucro superior a R\$ 240 mil no período)	10%		10%	-
Despesa IRPJ e CSLL	21.613	7.789	21.634	7.797
IRPJ e CSLL correntes		(29.402)		(29.431)
IRPJ e CSLL diferidos		529		(592)

23.2 – Imposto de renda e contribuição social diferido

O valor do IR e CS diferidos em 31 de dezembro de 2020 de R\$13 mil, conforme Nota Explicativa 14, registrado no passivo não circulante, foi calculado baseado na adição temporária da estimativa de liquidação da CCEE do mês de dezembro/20 de R\$38 mil (Nota Explicativa 4), que será incluída na base tributável em janeiro/2021.

A receita de R\$529 mil refere-se à diferença entre os saldos passivos de IR e CS diferidos entre 31 de dezembro de 2019 – (R\$ 541 mil) e ativos em 31 de dezembro de 2020 – (R\$13 mil).

24 – Remuneração dos Administradores

O Conselho de Administração é constituído por sete membros, eleitos pela Assembleia Geral, observadas as condições de elegibilidade e vedações impostas na legislação e na regulação aplicável; dois membros e seus respectivos suplentes, eleitos pelos acionistas detentores da maioria das ações ordinárias da Sociedade, entre eles o Diretor Geral da CEB Lajeado; um membro e seu respectivo suplente, eleitos pelos acionistas detentores da maioria das ações preferenciais da Sociedade; quatro membros e seus respectivos suplentes dos integrantes do Conselho de Administração da Companhia Energética de Brasília – CEB, indicados dentre seus pares.

O Conselho Fiscal, de funcionamento permanente, é constituído por três membros efetivos e igual número de suplentes, residentes no País, eleitos pela Assembleia Geral da CEB Lajeado, que fixa a respectiva remuneração, observando os limites legais.

A Diretoria composta por três membros, residentes no país, sendo um Diretor Geral, um Diretor Administrativo-Financeiro e um Diretor Técnico, eleitos pelo Conselho de Administração. A remuneração dos membros é fixada pela Assembleia Geral.

O valor total da remuneração paga no exercício de 2020 foi R\$2.013 mil, conforme a seguir demonstrado (R\$ 1.422 mil em 31 de dezembro de 2019):

	Conselho de Administração	Conselho Fiscal	Diretoria Estatutária	Total
Remuneração	209	209	1.056	1.474
Gratificação	-	-	96	96
Encargos sociais	42	42	328	412
Previdência Privada	-	-	31	31
Total	251	251	1.511	2.013
Número de membros	7	3	3	13

25 – Partes relacionadas

	Partes Relacionadas	Período Transação	Preço Praticado em MWh	Ativo	Passivo / PL	Receita / Despesa
Concessionárias						
a) Venda bruta energia elétrica	CEB - D	27.11.01 a 15.12.32	234,88	16.125	-	171.429
Participação Societária						
b) Título a receber	INVESTCO	21.07.01 a 15.01.33	-	1.539	-	176
c) Investimento	INVESTCO		-	181.860	-	6.888
d) Juros Sobre Capital Próprios (Coligada)	INVESTCO		-	3.813	-	-
Obrigações c/Acionistas						
e) Juros Sobre Capital Próprios/Dividendos	CEB H	31.12.2020	-	-	6.501	-
f) Juros Sobre Capital Próprios/Dividendos	ELETROBRAS	31.12.2020	-	-	5.124	-
g) Partes Beneficiárias	ELETROBRAS	31.12.2020	-	-	6.667	(6.667)
Contas a Pagar						
h) Arrendamento	INVESTCO	21.07.01 a 15.01.33	-	-	2.540	(30.475)
i) Pessoal cedido	CEB - D	31.12.2020	-	-	18	(347)
Partes relacionadas						
J) Ágio Eletrobrás	ELETROBRAS	01.01.06 a 31.12.32	-	70.642	-	(5.887)

- a) Venda bruta de energia elétrica: Representa os valores a receber a vencer em 31 de dezembro de 2020 e os valores faturados em 2020 referentes ao contrato de compra e venda de energia com a CEB Distribuição mencionados na Nota Explicativa 4.
- b) Títulos a receber: Representam os valores a receber referentes às ações preferenciais classes "A" e "B" de emissão da coligada Investco, ajustados a valores justos e mencionados na Nota explicativa 9.
- c) Investimento: Representa o saldo do investimento da CEB Lajeado na Investco e a equivalência patrimonial do resultado da investida reconhecida no período, mencionado na Nota explicativa 10.
- d) Juros Sobre Capital Próprio a receber : Representa o valor da proposição de distribuição de lucros por parte da Investco em aberto em 31 de dezembro de 2020.
- e) Juros Sobre Capital Próprio a pagar: Representa o valor a ser distribuído de lucros a CEB Holding em 31 de dezembro de 2020.

- f) Juros sobre Capital Próprio a pagar: Representa o valor a ser distribuído de lucros a Eletrobrás em 31 de dezembro de 2020.
- g) Partes beneficiárias: Referem-se às partes beneficiárias a pagar ao Acionista Eletrobrás (Nota explicativa 15.d).
- h) Arrendamento: Refere-se ao contrato de arrendamento celebrado entre CEB Lajeado e Investco, conforme demonstrado na (Nota explicativa 12.a). Valor bruto sem o crédito de Pis e Cofins (9,25%).
- i) Pessoal cedido: Representa os valores a pagar referentes aos empregados cedidos da CEB Distribuição. Os ressarcimentos dos custos dos salários, encargos e benefícios são realizados mensalmente até o final da cessão.
- j) Ágio Eletrobrás: Representa o ágio gerado na operação de reestruturação societária ocorrida no exercício de 2005, detalhado na Nota explicativa 11, de acordo com as normas internacionais de contabilidade.

26 – Passivos contingentes

26.1 – Contingências fiscais

A CEB Lajeado é parte em processos administrativos de natureza fiscal, no valor principal de R\$3.620 mil, cujo prognóstico de perda é considerado como possível, não sendo requerido o reconhecimento de provisão nas demonstrações financeiras.

O objeto da discussão destes processos refere-se a créditos tributários compensados por meio de declaração de compensação - PER/DCOMP, os quais não foram homologados pela Receita Federal do Brasil. A CEB Lajeado apresentou recursos administrativos, posteriormente, parte deles foram judicializados, com o objetivo de requerer o reconhecimento do direito creditório.

Em 31 de dezembro de 2020, foi averiguado juntamente com a área Jurídica da Companhia a alteração do prognóstico de perda a 10 (dez) processos, passando de perda possível para perda provável, no montante de R\$1.063 mil, dos quais R\$787 mil foram reconhecidos em 2020 em função de desfecho desfavorável no CARF. Todavia, a Administração ainda entende que há razoáveis perspectivas de reconhecimento do direito creditório através da esfera judicial e vem tomando as medidas cabíveis para o reconhecimento do seu direito.

26.2 – Contingência cível - Repactuação do risco hidrológico

A Medida Provisória nº 688, de 18 de agosto de 2015, convertida na Lei nº 13.203, de 08 de dezembro de 2015, estabelece que o risco hidrológico suportado pelos agentes de geração hidrelétrica participantes do Mecanismo de Realocação de Energia – MRE, poderá ser repactuado pelos geradores, desde que haja anuência da Agência Nacional de Energia Elétrica – Aneel. A Resolução Normativa nº 684, de 11 de dezembro de 2015, regulamenta os critérios de anuência e as condições para a repactuação do risco hidrológico, tanto para o Ambiente de Contratação Regulada – ACR, como para o Ambiente de Contratação Livre – ACL.

Aprovados os dispositivos legais, a CEB Lajeado e as demais empresas geradoras do mesmo grupo empresarial decidiram aderir à Repactuação do Risco Hidrológico. Uma das condições para adesão ao programa foi a desistências das ações judiciais que questionavam os efeitos financeiros do déficit de geração.

Entretanto, somente os agentes que operam no ambiente regulado aderiram à referida Repactuação. Os agentes atuantes no mercado livre avaliaram como inoportuna a repactuação nos termos propostos pela ANEEL, mantendo-se judicializados. Essa situação provocou nova exposição àqueles agentes, atuantes no mercado regulado, que tinham optado pela mencionada repactuação, como a CEB Lajeado.

Em decorrência dessa nova exposição e com o objetivo de proteger as empresas geradoras controladas pela CEB contra os efeitos das decisões judiciais mantidas por aqueles que não aderiram à repactuação, foi ajuizada uma ação que resultou no deferimento “Do Pedido de Antecipação dos Efeitos da Tutela”, em 31 de março de 2016. Tal ação determinou que não fosse transferido para as autoras o ônus financeiro de quaisquer decisões judiciais de que não fizessem parte, independentemente da competência a que se refiram, relativas aos efeitos dos valores oriundos do déficit hídrico (Fator GSF) sobre geradores hidrelétricos.

O déficit de geração das hidrelétricas permanece como um dos grandes desafios do setor, uma vez que a elevada judicialização, associada aos custos desse déficit foi somente solucionada no fim de 2020, com a sanção da Lei 14.052/2020.

Cerca de R\$ 8,05 bilhões em liminares relacionadas aos custos do GSF no mercado livre impediam a liquidação financeira do Mercado de Curto Prazo e o recebimento do saldo positivo que a empresa possuía na CCEE.

A crise econômica causada pelo novo Coronavírus impactou todos os setores da economia, e contribuiu para a redução na demanda por eletricidade, afetando não só os diversos agentes do mercado de energia, mas também toda a atividade econômica do país.

Os assessores jurídicos da Companhia classificam como “Possível” o prognóstico de perda dessa ação não requerendo a constituição de provisão em seu balanço patrimonial. Considerando a relevância do tema, esse assunto é acompanhado pela administração da Companhia de forma sistemática.

27- Gestão de riscos

27.1 - Risco de capital

Os objetivos da Companhia ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas.

Para manter ou ajustar a estrutura do capital caso haja necessidade, a Companhia pode rever a política de pagamento de dividendos, devolver capital aos acionistas ou, ainda, emitir novas ações ou vender ativos para reduzir, por exemplo, o nível de endividamento.

27.2 - Risco de mercado

O risco de mercado é apresentado como a possibilidade de perdas monetárias em função das oscilações de variáveis que tenham impacto em preços e taxas negociadas no mercado. Essas flutuações geram impacto a praticamente todos os setores e, portanto, representam fatores de riscos financeiros. Em 31 de dezembro de 2020 a Companhia não possuía e continua sem possuir riscos de mercado associados a dívida. Considerando que a taxa de mercado (ou custo de oportunidade do capital) é definida por agentes externos, levando em conta o prêmio de risco compatível com as atividades do setor e que, na impossibilidade de buscar outras alternativas ou diferentes hipóteses de mercado e/ou metodologias para suas estimativas, face aos negócios da empresa e às peculiaridades setoriais, o valor de mercado de Uso do bem público difere do seu valor contábil.

27.3 - Risco de liquidez

O risco de liquidez evidencia a capacidade da Companhia em liquidar as obrigações assumidas. Para determinar a capacidade financeira da Companhia em cumprir adequadamente os compromissos assumidos, os fluxos de vencimentos dos recursos captados e de outras obrigações fazem parte das divulgações. A Administração da Companhia somente utiliza linhas de créditos que possibilitem sua alavancagem operacional. Os ativos financeiros mais expressivos da Companhia são demonstrados nas rubricas Caixa e equivalentes de caixa (Nota explicativa 3) e contas a receber de concessionários e permissionários (Nota explicativa 4). A Companhia, em 31



de dezembro de 2020, tem em Caixa um montante cuja disponibilidade é imediata e equivalentes de caixa que são aplicações financeiras que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa. Para concessionários e permissionários, os saldos compreendem um fluxo estimado para os recebimentos. A Companhia também gerencia o risco de liquidez por meio do monitoramento contínuo dos fluxos de caixa previstos e reais, bem como pela análise de vencimento dos seus passivos financeiros.

27.4 - Risco de crédito

O risco de crédito compreende a possibilidade de a Companhia não realizar seus direitos. Este risco está diretamente relacionado às rubricas de Caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de Concessionárias e permissionárias, entre outros. No setor de energia elétrica as operações realizadas estão direcionadas ao regulador que mantém informações ativas sobre as posições de energia produzida e consumida. As comercializações são geradas a partir de leilões, contratos, entre outros, sendo que esses mecanismos agregam confiabilidade e controlam a inadimplência entre participantes setoriais. O risco decorrente da Companhia apresentar perdas, advindas da dificuldade de recebimento dos valores faturados a seus clientes, é considerado baixo. Outra importante fonte de risco de crédito é associada às aplicações financeiras. A administração desses ativos financeiros é efetuada por meio de estratégias operacionais com base nas políticas e controles internos visando assegurar liquidez, segurança e rentabilidade. As decisões sobre aplicações financeiras são orientadas por uma política de gestão de riscos financeiros da Companhia, que estabelece condições e limites de exposição a riscos de mercado avaliados por sua administração. A política determina níveis de concentração de aplicações em instituições financeiras de acordo com o rating do banco e o montante total das aplicações da Companhia, de forma a manter uma proporção equilibrada e menos sujeita a perdas. A Administração entende que as operações de aplicações financeiras contratadas não expõem a Companhia a riscos significativos que futuramente possam gerar prejuízos materiais.

27.5 - Risco de normatização via legislação e via regulamentação ANEEL

A CEB Lajeado é uma empresa de geração e comercialização de energia que está sujeita à uma legislação específica sobre o sistema energético e à regulamentação específica da ANEEL, na qualidade de agência regulatória do sistema de energia elétrica no Brasil. Considerando que o sistema de produção e comercialização de energia leva em consideração políticas definidas pelo Governo Federal, o custo de energia e o seu preço de venda ao mercado podem sofrer impactos decorrentes dessa política. Por outro lado, o mercado de produção e venda de energia regulamentada pela ANEEL está sujeito aos efeitos de reflexos de posições tomadas por empresas pertencentes ao Mecanismo de Realocação de Energia – MRE no sistema de geração de energia, e de outros aspectos, em especial o preço da energia no Mercado de Curto Prazo.

27.6 - Risco hidrológico

A energia vendida pela Companhia depende das condições hidrológicas. Adicionalmente, a receita da venda é vinculada à energia assegurada, cujo volume é determinado pelo órgão regulador e que consta do contrato de concessão. As condições conjunturais do sistema nos últimos anos, com baixas vazões e baixo armazenamento das hidrelétricas, tem provocado uma diminuição significativa da produção de energia com fonte hidráulica e aumentando os custos na aquisição de energia. A mitigação desse risco se dá pelo Mecanismo de Realocação de Energia - MRE, que é um compartilhamento dos riscos hidrológicos entre as usinas participantes do Sistema Interligado Nacional - SIN operados pelo Operador Nacional do Sistema - ONS. Todavia, em momentos extremos de baixo armazenamento, o MRE expõe a Companhia à um rateio com base no PLD, gerando um dispêndio com GSF (*Generation Scaling Factor*) para os geradores hidrelétricos. Para reduzir a exposição a este risco, a Companhia aderiu à proposta de repactuação do risco hidrológico, para o

montante de energia contratado no ACR, pela transferência de 92% deste risco hidrológico remanescente para a Conta Centralizadora de Bandeiras Tarifárias - CCRBT mediante pagamento de prêmio (Nota explicativa 20.c).

27.7 - Concentração de receitas

A Companhia realiza operações de vendas exclusivamente com parte relacionada, dentro da política estratégica definida pelo Grupo, ao qual a Companhia pertence.

28- Plano de benefícios a empregados

A CEB Lajeado e demais empresas controladas pela Companhia Energética de Brasília são patrocinadoras da FACEB – Fundação de Previdência dos Empregados da CEB, entidade fechada, que é um plano destinado à complementar os benefícios concedidos pela Previdência Social aos seus empregados e administradores.

O plano adotado é na modalidade de Contribuição Definida – CD, que não possui risco atuarial. O custeio do plano é feito por meio de contribuições mensais, sendo 50% da patrocinadora e 50% do participante, por taxas incidentes sobre a folha de salários da empresa.

29 - Restrição sobre as propriedades de ativos

No contrato de arrendamento foi oferecido pelas arrendatárias, como garantia, os direitos de concessão e os direitos decorrentes dos contratos de compra e venda de energia, bem como parte das receitas decorrentes da comercialização de energia gerada pela usina.

30- Seguros

A Companhia não possui apólices de seguros contratados pela administração para cobrir riscos sobre seus ativos, por serem irrelevantes os valores envolvidos na CEB Lajeado.

31- Reconciliação do lucro do período com a geração de caixa operacional



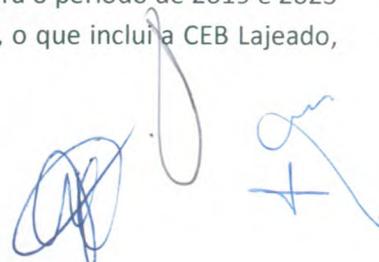
	31/12/2020	31/12/2019
Lucro Líquido do período	60.005	68.612
Depreciação	18	16
Amortização	5.887	5.887
Diferidos	(529)	592
Provisão para Contingências Fiscais	787	276
Provisão Tributos - Pis e Cofins S/ Receita Financeira	123	180
Equivalência Patrimonial	(6.888)	(14.415)
Partes Beneficiárias	6.667	7.624
Dividendos/JSCP de Ações Preferenciais	(140)	(147)
Ajuste a Valor Presente - AVP	(104)	15
Ajuste no Resultado	5.821	28
Variações Patrimoniais		
Redução em contas a receber	1.163	2.847
(Aumento) Redução em impostos e contribuições a recuperar	-	9
(Aumento) Redução Tributos Diferidos	-	50
(Aumento) Redução em Contas de Caução	(130)	2.431
(Aumento) Redução em Outros Créditos	(378)	660
Aumento (Redução) em fornecedores e contas a pagar	(781)	(698)
Aumento (Redução) em impostos e contribuições sociais	(243)	5.501
Aumento (Redução) em JSCP/Dividendos/Partes Beneficiárias	1	(1)
Aumento (Redução) em Outras Obrigações	1.076	1.060
Total	708	11.859
Caixa Proveniente das Atividades Operacionais	66.534	80.499
Atividades de Investimento		
Aquisição de Imobilizado	(72)	-
Juros sobre Capital Próprio / Dividendos Recebidos Ações (A e B)	73	147
Juros sobre Capital Próprio / Dividendos Recebidos Ações (ON e R)	5.732	11.582
	5.733	11.729
Atividades de Financiamento		
Pagamento de Juros s/Capital Próprio e Dividendos Ações (ON e PN)	(46.838)	(24.661)
Pagamento de Dividendos Intercalares Ações (ON e PN)	-	(16.094)
Pagamento de Partes Beneficiárias (PN)	(7.624)	(5.239)
Caixa líquido consumido nas atividades de financiamentos	(54.462)	(45.994)
Aumento (redução) do saldo de caixa e equivalentes de caixa	17.805	46.234
Saldo de caixa no início do exercício	70.698	24.464
Saldo de caixa no final do exercício	88.503	70.698
Variação do Caixa e equivalentes de caixa	17.805	46.234

32- Outros assuntos relevantes

a) Autorização para venda da Companhia

O Governo do Distrito Federal publicou em 21 de dezembro de 2015 a Lei nº 5.577 autorizando à Companhia Energética de Brasília – CEB, acionista controladora da CEB Lajeado, a alienar a sua participação acionária na Companhia, que é representada por 100% das ações ordinárias, observadas as regras previstas em seu ato constitutivo e no acordo de acionistas. Esta alienação é parte do Plano de desinvestimentos da CEB em empresas de geração de energia elétrica.

Entretanto, em Assembleia Geral Extraordinária da Companhia Energética de Brasília – CEB, realizada em 19 de junho de 2019, foi deliberado, por maioria de votos, alterar o Plano de Negócios para o período de 2019 e 2023 para sobrestar a alienação das participações em sociedades geradoras de energia, o que inclui a CEB Lajeado, considerando que a Lei supramencionada é autorizativa.



b) Alteração de controle acionário do cliente único da CEB Lajeado

Em 4 de dezembro de 2020 foi realizado leilão para alienação de 100% das ações detidas pela CEB Holding na sua investida CEB Distribuição S.A., e em 2 de março de 2021 ocorreu a transferência de 100% das ações e da gestão para o novo controlador. Considerando que a CEB Distribuição é cliente único da CEB Lajeado, a transação de venda de energia deixou de ser considerada como uma transação com parte relacionada a partir desta data.

c) Covid-19

Em março de 2020, uma pandemia global foi declarada pela Organização Mundial da Saúde (OMS) devido ao rápido aumento dos casos de doenças relacionadas ao novo Coronavírus (COVID-19).

A Companhia vem adotando todas as medidas para manter a normalidade de suas operações e vem seguindo as recomendações dos órgãos governamentais, buscando preservar seus empregados e colaboradores, evitando a propagação da doença.

Até o encerramento do exercício de 2020, não houve qualquer impacto da pandemia nas operações da Companhia, todavia, devido ao cenário atípico e de características potencialmente imprevisíveis, não é possível prever com exatidão os cenários que poderão se materializar para o exercício de 2021 e seguintes nas operações da Companhia. Por outro lado, fica cada vez mais evidente os efeitos e danos a economia mundial e, em particular no Brasil, mas ainda se desconhece por quanto tempo estes efeitos negativos da pandemia irão perdurar.



JAIRO FERNANDO MECABÔ
Diretor Administrativo e Financeiro
CEB Lajeado



CLEBER ALVES PEREIRA
Contador CEB Lajeado
CRC/DF 021056-0/7



JOÃO WELLISCH
Diretor – Geral
CEB Lajeado



JOÃO MARCOS ASSIS DA SILVA
Diretor Técnico
CEB Lajeado

CEB Lajeado

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

CEB LAJEADO S/A.

2020

DEZEMBRO/2020

The logo for CEB Lajeado, featuring the letters 'CEB' in a bold, stylized font with a 3D effect, set against a dark background.

Relatório da Administração

Senhores Acionistas,

A Administração da CEB Lajeado S.A., em conformidade com as disposições legais e estatutárias, submete à apreciação de Vossas Senhorias as Demonstrações Financeiras relativas ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2020 composta pelo Balanço Patrimonial, Demonstrações do Resultado, Demonstrações dos Resultados Abrangentes, Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido, Demonstrações dos Fluxos de Caixa e Demonstrações do Valor Adicionado, acompanhadas do Relatório dos Auditores Independentes e dos pareceres do Comitê de Auditoria Estatutário e do Conselho Fiscal .

Mensagem da Administração

No final de novembro de 2019 o cenário hidroenergético do Sistema Interligado Nacional – SIN era desfavorável e indicava um déficit hidrológico significativo com ajuste do MRE (GSF) em torno de 84% para o ano de 2020, indicando elevação de despacho de energia térmica e dos preços da energia, principalmente no segundo semestre do ano. Tais projeções se confirmaram, em parte, e o ano de 2020 apresentou cenários de grande volatilidade. Houve mesmo exposição positiva no MCP, algo inédito principalmente nos meses de maio até agosto que apresentaram preços reduzidos de PLD, totalmente ao contrário aos registros históricos do SIN nos últimos anos, principalmente em consequência da redução drástica de consumo de energia elétrica devido aos efeitos restritivos da COVID-19, com a previsão de carga para o ano sendo reduzida em 3,0%. Por outro lado, a partir de outubro, condições climáticas e hidrológicas desfavoráveis provocadas pelo fenômeno LA NIÑA, ocasionaram uma elevação nos preços da energia. Havia uma previsão de desembolso para fins de aquisição de energia junto ao MCP/CCEE de recursos financeiros disponíveis em caixa na ordem de R\$11 milhões de reais ao longo de 2020, porém em razão das ações de acompanhamento e mitigação de riscos no mercado de curto prazo, foram desembolsados apenas R\$6,6 milhões de reais no exercício, o que representou uma considerável economia para a empresa.

Ao longo de 2020, a CEB Lajeado avançou consideravelmente no processo de adequação da Empresa à Lei 13.303. Foram atualizados e implementados diversos documentos e normas visando atender às determinações da referida Lei. Igualmente foram instalados mecanismos de transferência e governança notadamente o CAE – Comitê de Auditoria Estatutária, além de outras providências legais que devem ser observadas pelas estatais, tais como, como códigos de conduta, práticas de gestão de riscos, regras para divulgação de informações, constituição e funcionamento dos conselhos de Administração e Fiscal, além de outras formas de fiscalização e controle pelo Estado e pela sociedade.

Também a Companhia, aperfeiçoou de maneira significativa o seu plano de metas como uma série de normas internas criadas e aprovadas pela Diretoria Colegiada, e ao cumprimento integral da Lei nº 9.991/2000 que trata sobre a obrigatoriedade de desembolsos e investimentos em Pesquisa e Desenvolvimento – P&D e no acompanhamento da Medida Provisória nº 998/2020, além do monitoramento contínuo do seu mapa de riscos que tem como seus principais pilares , a receita de venda de energia, o aumento e a redução do custo de energia no MCP e a volatilidade no valor do contrato de arrendamento com a Coligada Investco S/A.

Em 2021, será mantido o aprimoramento contínuo em todas as áreas da Companhia, melhorando os índices de desempenho e performance do negócio “Lajeado”, contribuindo positivamente no impacto econômico e geração de valor para o Brasil. Por fim, gostaríamos de agradecer aos parceiros, clientes, fornecedores e instituições financeiras pela confiança que depositaram na Empresa durante o exercício de 2020 e, em especial, aos Conselhos de Administração, Fiscal , ao Comitê de Auditoria Estatutária e aos colaboradores pela dedicação, empenho e compromisso, orientado para o cumprimento dos objetivos empresariais, com vistas à contribuir

para tornar a Empresa uma referência de eficácia na geração de resultados para os seus acionistas e para a sociedade do Distrito Federal.

A Empresa

A CEB Lajeado S.A., em conjunto com a Lajeado Energia S.A., Paulista Lajeado Energia S.A. e a Investco S.A. constituem o denominado “Consórcio Lajeado”, cujo objeto é a exploração compartilhada da concessão de uso de bem público do Aproveitamento Hidroelétrico da UHE Luís Eduardo Magalhães e Sistema de Transmissão Associado, nos termos do Contrato de Concessão nº 05/97 e respectivos aditivos celebrados com a Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL. O prazo de duração do contrato de concessão é de 35 (trinta e cinco) anos, contados a partir de 16 de dezembro de 1997. A energia elétrica gerada pelo empreendimento é comercializada pelas **Concessionárias**, na proporção da participação de cada uma delas na formação do Consórcio Lajeado, conforme quadro a seguir:

A concessão da UHE Luís Eduardo Magalhães é compartilhada da seguinte forma:

Consoiciadas - Joint Venture	Quota (%)
Lajeado Energia	72,27%
CEBLajeado	19,80%
Paulista Lajeado	6,93%
Investco	1,00%
Total	100,00%

Referência: Contrato de Concessão nº 05/1997.

Quase todo montante de energia da CEB Lajeado S.A. é comercializado com a CEB Distribuição S.A. por meio de um contrato bilateral de compra e venda de energia com vencimento em 15 de dezembro de 2032, prazo limite de suprimento previsto no contrato de concessão do empreendimento. À vista da questão hídrica vivenciada, esse contrato não alcançou a totalidade do bloco de energia de titularidade da Empresa, conforme estratégia de *hedge* detalhada no item “Comercialização de Energia” deste relatório. Mesmo com a redução no volume de venda anteriormente contratado, a manutenção desse instrumento significa garantia firme de receita até o final da concessão de produção independente da qual a CEB Lajeado S.A. é titular.

A receita da Companhia, em quase sua totalidade é oriunda da venda de energia elétrica para a CEB Distribuição S/A., o Mercado de Energia Elétrica no qual faz parte, rendimento de aplicações financeiras e pelos resultados provenientes da participação acionária na Coligada Investco S.A, detentora dos ativos de geração da Usina.

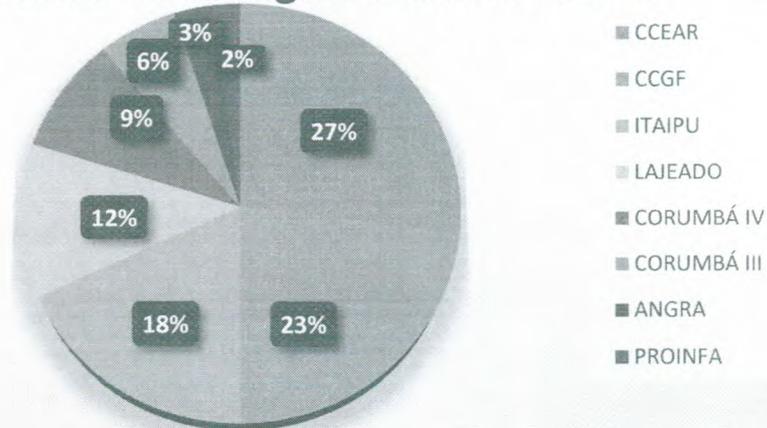
Em 2020, a CEB Lajeado S.A. foi responsável pelo suprimento de 12% de toda a demanda utilizada pela Concessionária de Energia Elétrica “CEB Distribuição” em todo o Distrito Federal, conforme demonstrado no quadro abaixo.

PRINCIPAIS FORNECEDORES - CEB DISTRIBUIÇÃO S/A.							
1	2	3	4	5	6	7	8
CCEAR	CCGF	ITAIPU	LAJEADO	CORUMBÁ IV	CORUMBÁ III	ANGRA	PROINFA
27%	23%	18%	12%	9%	6%	3%	2%

Referência: CEB Distribuição S/A.

O gráfico abaixo ilustra a demanda de energia elétrica demandada em toda o Distrito Federal.

Demanda de Energia Distrito Federal



Comercialização de Energia

Vigente desde de 2004, com a publicação da lei no 10.848, o modelo atual do setor elétrico Brasileiro prevê que a comercialização de energia elétrica pode ser realizada em dois ambientes de mercado: Ambiente de Contratação Regulada (ACR) e Ambiente de Contratação Livre (ACL). No primeiro ambiente o fornecimento de energia é regido pelo Contrato de Comercialização de Energia Elétrica no Ambiente Regulado (CCAR). Os montantes de energia são ofertados por agentes de geração, comercialização ou importação em leilões efetuados pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE), cujos compradores devem ser concessionários de distribuição de energia elétrica.

Já no ACL, as operações de compra e venda de energia podem envolver os diversos agentes do mercado, tais como agentes de geração, comercializadoras, consumidores livres, entre outros, onde as condições da aquisição de energia, bem como as particularidades dos contratos de comercialização, são livremente pactuadas entre compradores e vendedores.

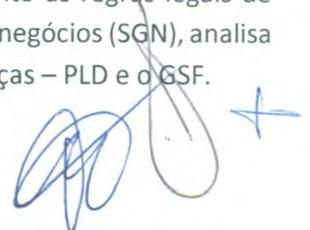
A CEB Lajeado S.A. é parte integrante do “Consórcio Lajeado”, com cota parte de 19,8%. Parte deste montante de energia é comercializado com a CEB Distribuição S.A. por meio de CCAR firmado em 2001. O contrato determina ainda reajuste anual de preço com base no IGP-M, na data de reajuste tarifário da distribuidora.

Todos os contratos firmados no mercado são registrados na CCEE que gerencia o lastro de energia destes contratos, e efetua, periodicamente a contabilização, apurando o total comercializado de energia entre os agentes, da qual resulta a situação de cada agente como credor ou devedor, com base nas diferenças apuradas.

Os resultados desta contabilização é objeto de liquidação financeira no mercado de curto prazo processo de pagamento e recebimento dos débitos (obrigações) e créditos (direitos) apurados no âmbito da CCEE. Neste ambiente, as diferenças apuradas são valoradas ao preço de liquidação das diferenças (PLD).

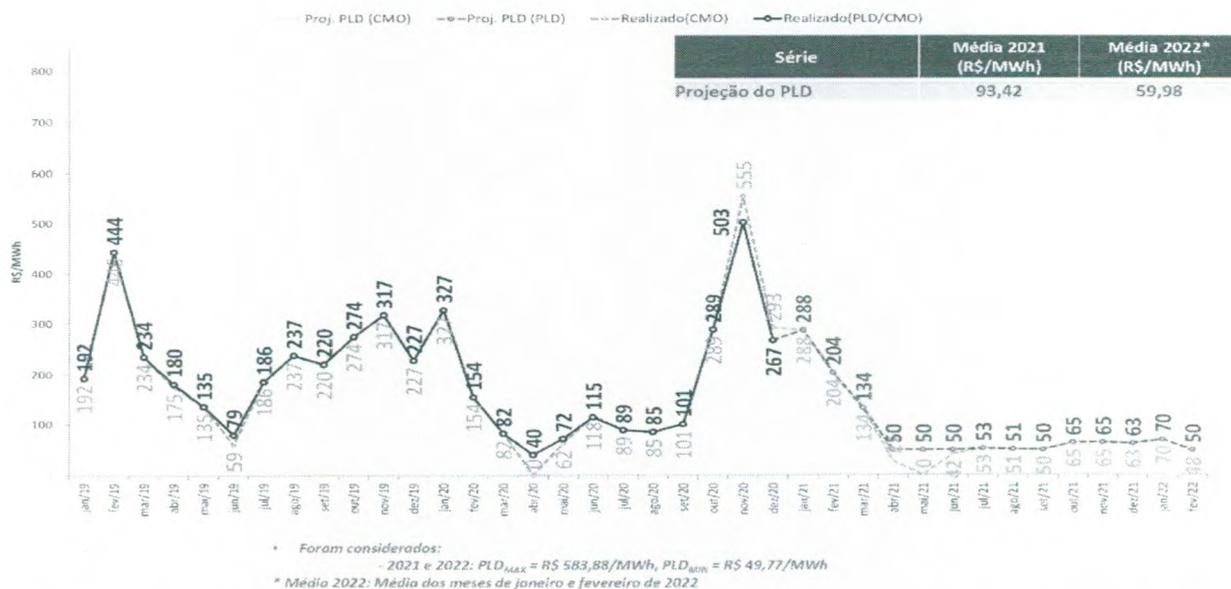
De forma estratégica, visando mitigar os riscos de exposição à volatilidade do PLD, os agentes definem suas estratégias, com o intuito de cumprir seus contratos de venda de energia bem como de suas parcelas de garantia física.

Para definição das estratégias de comercialização da CEB lajeado, além do acompanhamento constante das projeções e dos resultados de exposição ao MCP junto À CCEE, e, ainda, o cumprimento às regras legais de normativas da comercialização, a Superintendência de Geração Comercialização e Novos negócios (SGN), analisa variáveis inerentes ao mercado de energia, tais como: O preço de liquidação das diferenças – PLD e o GSF.



Projeções de mercado, especialmente em relação ao preço de liquidação das diferenças, tendo em vista que o comportamento do PLD pode apresentar oscilações expressivas e impacta os volumes financeiros de crédito ou déficit. Assim como, as projeções e acompanhamento da garantia física das usinas no âmbito do Mecanismo de Realocação de Energia (MRE), influenciam na definição do risco hidrológico, resultando no chamado Ajuste do MRE (GSF), que impacta significativamente na exposição ao MCP.

A Figura abaixo ilustra a variação do PLD nos anos de 2019 e 2020 acrescido das projeções para 2021.



A Companhia, visando proteger seu portfólio de energia seguiu gerindo seu hedge continuamente, de forma a acompanhar as oscilações de mercado e se proteger ou mitigar o impacto da exposição financeira da energia no Mercado de Curto Prazo, tendo reduzido substancialmente, em 2020, os impactos econômicos neste mercado.

Desempenho Operacional

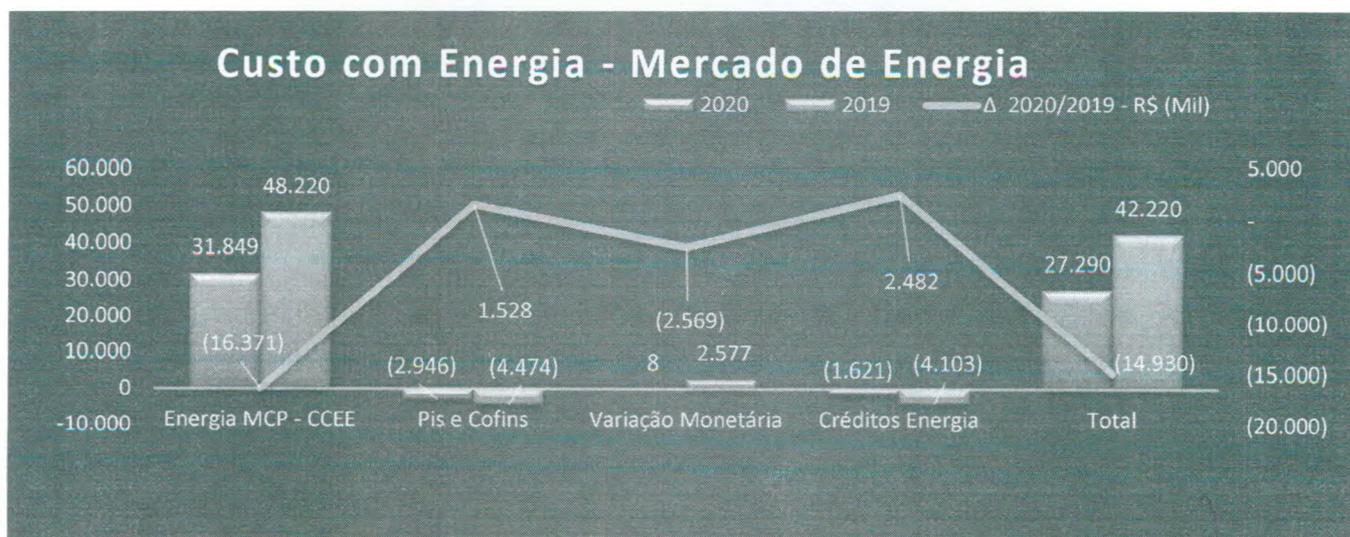
Apesar de todos os cenários negativos que se apresentaram no decorrer de 2020 e com as medidas adotadas com a finalidade de mitigar os riscos no mercado de energia, podemos considerar que a exposição negativa foi mitigada por ações que foram analisadas estrategicamente para evitar maiores impactos nos resultados econômico-financeiros, tais como compra de energia através de leilões de energia, o que possibilitou com essas medidas uma razoável economia no caixa da Companhia, conforme quadro a seguir.

Receita com Energia - Mercado de Energia	2020	2019	Δ 2020/2019 R\$ (Mil)
Venda de Energia MCP – CCEE (a)	1.405	26.756	(25.351)
Outras Receitas de Operacionais (a)	18.540	19.755	(1.215)
Variação Monetária (b)	782	450	332
Total	20.726	46.961	(26.235)



- a) Venda no MCP : A diminuição da receita perante a CCEE em 2020 se deve pela diminuição da geração de energia no âmbito do Mercado de Energia de Curto Prazo. O saldo total de R\$19.945 em 2020, R\$46.511 em 2019, referem-se aos meses de janeiro à novembro, mais a estimativa mensal do mês de dezembro contabilizados com base nas informações oficiais divulgadas pela CCEE.
- b) Variação Monetária: O montante de R\$782 em 2020 e R\$450 mil em 2019, referem-se a ganhos financeiros na CCEE, sendo eles imputados pelo agente de mercado, apurados pela CCEE. Cabe ressaltar que a Companhia não possui qualquer gestão sobre este montante, sendo ele imputado diretamente aos agentes de mercado.

Custo com Energia - Mercado de Energia	2020	2019	Δ 2020/2019 - R\$ (Mil)
Energia Elétrica MCP – CCEE (c)	31.849	48.220	(16.371)
Crédito de Pis e Cofins (c)	(2.946)	(4.474)	1.528
Créditos Encargos de Energia (c)	(1.621)	(4.103)	2.482
Variação Monetária (d)	8	2.577	(2.569)
Total	27.290	42.220	(14.930)



- c) Custo no MCP : O valor se refere à compra de energia no Mercado de Curto Prazo e encargos imputados aos agentes de mercado pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE. O custo de energia também faz jus a créditos imputados pela própria CCEE, referentes a inadimplências, ações e liminares e a créditos fiscais de Pis e Cofins.
- d) Variação Monetária : O montante de R\$8 mil em 2020 e R\$2.577 mil em 2019, referem-se a perdas financeiras na CCEE, sendo eles imputados pelo agente apurados pela CCEE. Cabe ressaltar que a Companhia não possui qualquer gestão sobre este montante, sendo ele imputado diretamente aos agentes de mercado.

Desempenho Econômico-Financeiro

Receita Operacional Líquida	2020	2019	Δ 2020/2019 (%)
(=) Receita Operacional Líquida – ROL (a)	166.716	190.435	-12,46%
(-) Custo com energia elétrica e operação (b)	(69.513)	(89.726)	-22,53%
(=) Lucro Operacional Bruto	97.203	100.709	-3,48%
(+/-) Receitas / (despesas) operacionais (c)	(4.156)	4.646	-189,45%
(=) Resultado antes do resultado financeiro	93.047	105.355	-11,68%
(+) Resultado Financeiro (d)	2.498	904	176,33%
(=) Resultado antes das participações	95.545	106.259	-10,08%
(-) IRPJ e CSLL Corrente/Diferido (e)	(28.873)	(30.023)	-3,83%
(-) Partes Beneficiárias	(6.667)	(7.624)	-12,55%
(=) Lucro Líquido do Exercício (f)	60.005	68.612	-12,54%

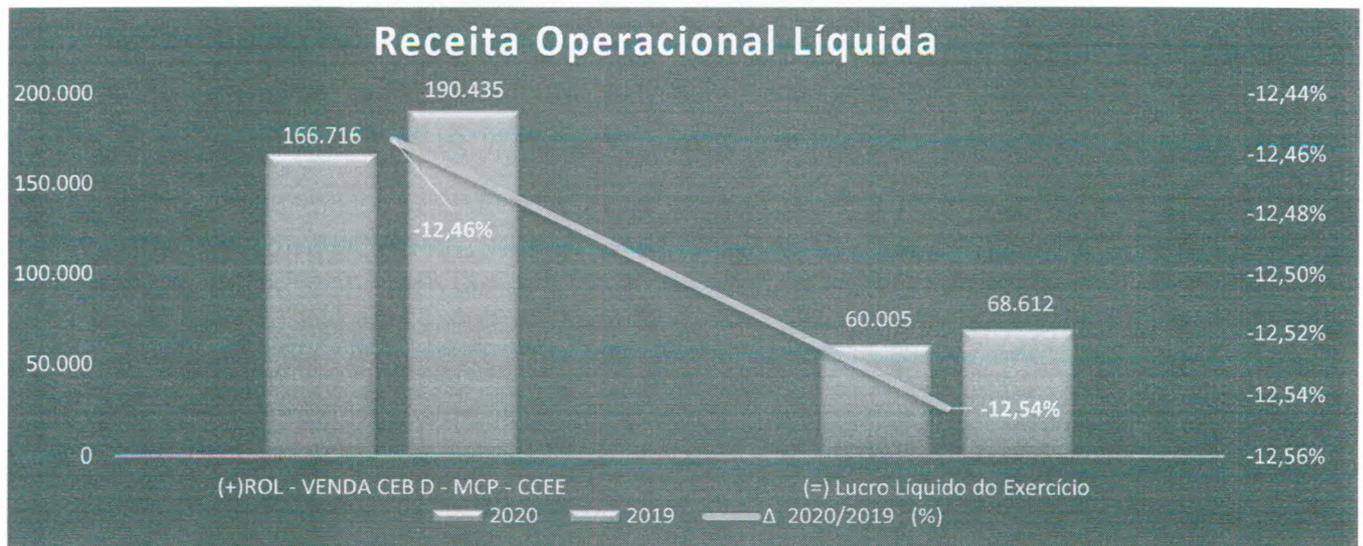
Em relação ao Desempenho Financeiro, cabe algumas considerações, conforme a seguir:

- a) A Receita Operacional Líquida em 2020 obteve um resultado menor em virtude das operações no mercado de energia elétrica com uma queda em (-12,46%) em relação a 2019, entretanto com uma retomada de crescimento à partir do último trimestre de 2020, muito em virtude do reajuste tarifário referente ao contrato bilateral com a CEB Distribuição e as estratégias adotadas perante o MCP.
- b) Por outro lado, ocorreram reduções nas contas de Pis/Cofins sobre o faturamento, P&D e em taxas regulatórias da Agência Nacional de Energia Elétrica – Aneel. Isso ocasionou uma redução de (-22,53%).
- c) Na rubrica de Receitas e Despesas sobre operação, a Companhia obteve uma forte redução saindo de R\$4.646 (positivo) em 2019, para R\$4.156 mil (negativo) em 2020 variando em (-189,45%) resultado reflexo das operações entre partes relacionadas com a Coligada Investco, aonde o resultado de equivalência patrimonial resultou em uma retração de mais de 50%, em decorrência da redução do arrendamento. Ao mesmo tempo proporcionou uma grande elevação no caixa da Companhia que chegou aos maiores patamares alcançados em sua história com a redução do referido arrendamento. Em 2019 o ganho com MEP foi de R\$14.415 mil, passando para um ganho de R\$6.888 mil em 2020. Podendo ainda ser destacado pequenas variações em despesas administrativas e provisões em litígios fiscais.
- d) No que tange as operações (Receita/Despesas) financeiras houve uma variação positiva em (176,33%), principalmente pelo crédito de aplicações financeiras e ganhos no mercado de energia elétrica. Sendo R\$2.498 mil em 2020 e R\$904 mil em 2019.
- e) Em relação ao IRPJ e a CSLL, quando comparados os exercícios de 2019/2020, observa-se que os mesmos se mantiveram estáveis. Entretanto o resultado antes dos impostos em 2019 foi maior e as adições,

exclusões permanentes e temporárias menores. Já em 2020 o resultado antes do IRPJ e CSLL foi menor, mas calculados com base tributável maior.

Todos estes fatores se motivaram em virtude do resultado com equivalência patrimonial da Coligada Investco ter alcançado patamares menores em virtude da redução do arrendamento (fonte de receita da Controlada), com a redução relativa ao montante de crédito aos acionistas (ON e PN), dos Juros Sobre Capital Próprio - JSCP, pois o mesmo é limitado Taxa de Juros de Longo Prazo – TJLP, (o mesmo com queda relevante em relação a exercício anteriores), além de uma adição temporária com o efeito positivo, o mesmo sendo negativo em 2019, diante de todos os efeitos, elevou-se a base de contribuição tributável perante ao agente tributário.

- f) O lucro Líquido sofreu uma leve queda de (-12,54%) , impactado pelas operações no mercado de energia, com perda de receitas e aumento de custos proporcionalmente a sua Receita operacional bruta, R\$216.441 mil em 2019 e R\$ 191.374 mil em 2020. Outros fatores levaram a perda de resultado tais como o resultado por equivalência patrimonial, mas com elevação do “caixa” , mencionada no item “e”, além do aumento da base tributável para efeitos de IRPJ e CSLL.

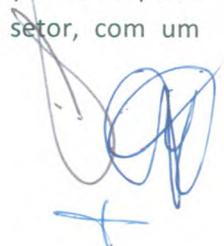


Cabe ainda ressaltar que a CEB Lajeado S.A., na condição de Empresa estatal do Distrito Federal, tem seu orçamento elaborado em estrita obediência à legislação distrital e, na estrutura orçamentária do Governo do Distrito Federal, a Empresa integra o programa “Energia para o Desenvolvimento”.

A execução orçamentária da Empresa mostrou-se bem próxima da previsão na maioria de suas ações, atingindo a média de 88,7% de sua realização.

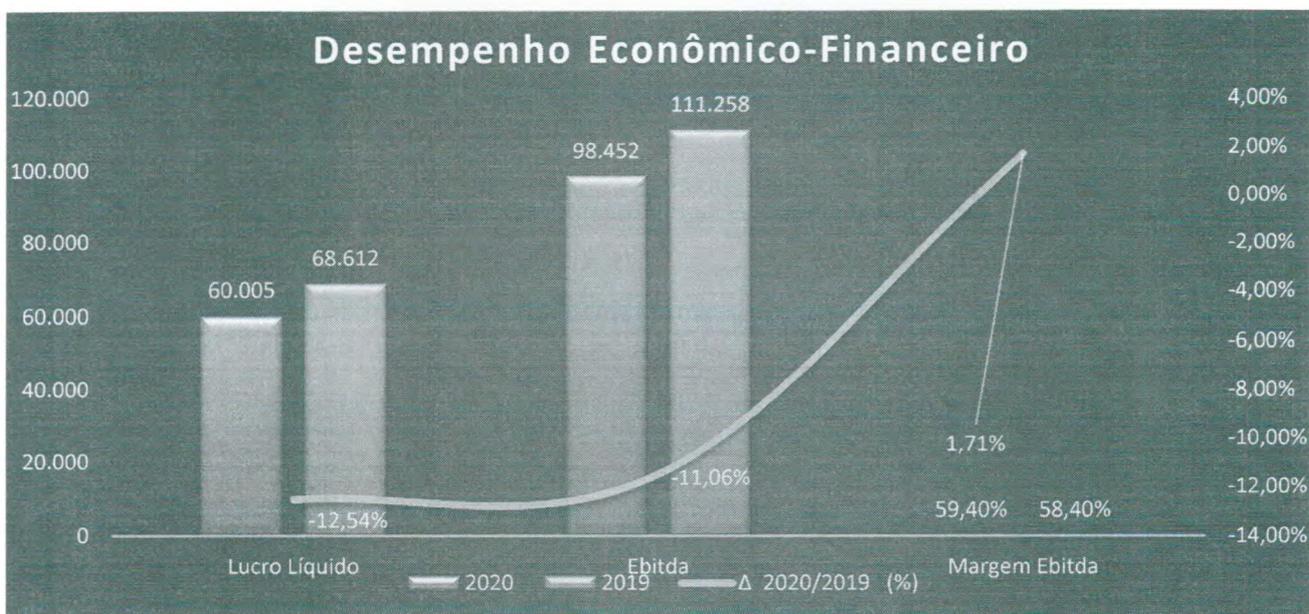
Exercício	2020	2019	Δ 2020/2019 (%)
(+) Dívida Bruta (a)	55.683	55.955	-0,49%
(-) Disponibilidades (b)	88.503	70.698	25,18%
(=) Dívida Líquida Total (b)	32.820	14.743	122,61%

- a) A Dívida Bruta atingiu R\$55,6 milhões em 31 de dezembro de 2020, composta principalmente pelas obrigações tributárias, obrigações com acionistas, contas a pagar e encargos do setor, com um decréscimo de (-0,49%) em relação a 2019.



- b) A Disponibilidade, considerando o valor de R\$88.503 mil em caixa, alcançou R\$32.820 em 31 de dezembro de 2020 de dívida Bruta , acréscimo de (122,61%). Apesar do aumento significativo de caixa na ordem de R\$17.805 mil, a dívida bruta se manteve estável em relação a 31 de dezembro de 2019, não ocorrendo variações significativas.

Exercício	2020	2019	Δ 2020/2019 (%)
(=) Lucro Líquido	60.005	68.612	-12,54%
(+) IRPJ / CSLL	28.873	30.023	-3,83%
(-) Resultado Financeiro	(2.498)	(904)	176,33%
(+) Depr / Amortização	5.905	5.903	0,03%
(+) Partes Beneficiárias	6.667	7.624	-12,55%
Ebitda	98.952	111.258	-11,06%
Margem Ebitda	59,40%	58,40%	1,71%



Após a análise comparativa do EBITDA (Lucro antes das despesas financeiras, do imposto de renda, da contribuição social sobre lucros e das participações, depreciações e amortizações), observa-se uma leve queda no Ebitda em (-11,06%), entretanto na margem houve uma pequena elevação em (+1,71%) em virtude da redução de deduções da receita operacional bruta.

Investimentos

Em 2020 foi feita a aquisição de novos equipamentos de informática que se faziam extremamente necessários, para os próximos anos estão previstos investimentos apenas na modernização e aquisição de novos equipamentos para a Companhia, na esfera administrativa, notadamente com a necessária mudança de sede física da empresa em razão da venda da CEB Distribuição. Vale destacar que a operação e manutenção da UHE Luís Eduardo Magalhães fica a cargo da Coligada Investco.

Relacionamento Institucional

A CEB Lajeado S.A. mantém estreito relacionamento com diversos órgãos, tais como a Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE; Operador Nacional do Sistema – ONS; Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL; Ministério de Minas e Energia – MME; Associações de Classe; Fundações; e Concessionárias em geral, e atua em conformidade com a legislação vigente, na busca de qualidade e transparência nas suas decisões, de forma a



contribuir para o melhor desempenho do setor elétrico brasileiro e, conseqüentemente, garantir maior geração de riqueza para os acionistas da Empresa.

Força de Trabalho

A CEB Lajeado S.A., atenta em corresponder às expectativas do Controlador e no intuito de atingir suas metas empresariais, tem procurado focar as relações de trabalho na valorização, no respeito e no desenvolvimento humano e, para isso, conta com uma força de trabalho composta de 10 profissionais. A seguir, detalha-se o quadro de pessoal da Empresa:

COLABORADORES	
Quadro próprio	-
Comissionados, sem vínculo efetivo	9
Contratados terceirizados	-
Requisitados da CEB Distribuição S.A.	1
Estagiários	-
Total geral (Força de trabalho)	10

Gestão Administrativa

A Diretoria da CEB Lajeado S.A. tem focado suas ações na eficiência empresarial e na valorização dos seus recursos humanos. De forma transparente e com ferramentas que valorizam a liderança, a participação, a motivação e a criatividade, cada servidor contribui de forma sistêmica na solução e no aperfeiçoamento dos processos organizacionais. Em um ambiente saudável e harmonioso, as virtudes profissionais dos servidores são potencializadas, a fim de que esses possam contribuir efetivamente para o alcance dos objetivos propostos no Plano de Negócio da Empresa.

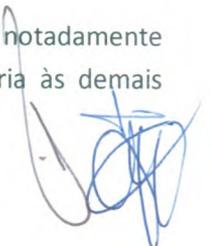
Entre as ações desenvolvidas no exercício de 2020, destacam-se:

- Monitoramento semanal dos preços de energia - PLD, acompanhamento e adotando estratégias de mitigação de riscos e exposição da empresa, promovendo a aquisição de energia para reduzir exposição da empresa junto ao MCP/CCEE, e eventualmente vender o excedente sempre que houver oportunidade de interesse da Cia.
- Renovação e licitação de contratos administrativos, de natureza contínua;
- Melhora dos controles internos, e gestão do mapa de riscos;
- Gerenciamento e fiscalização das receitas investidas em Pesquisa e Desenvolvimento (P&D); acompanhamento da Medida Provisória nº 998/2020; e
- Outro ponto a ser destacado, foi a distribuição integral de lucros aos acionistas CEB Holding e ELETROBRAS, por meio de Dividendos, Juros Sobre Capital Próprio - JSCP e Partes Beneficiárias.

Perspectivas e Planos Futuros

A CEB Lajeado S.A. dará continuidade às ações em curso e concebidas no seu Plano de Negócio para o período de 2021 a 2025, visando maximizar os seus resultados empresariais. Dentre elas, destacamos:

- Definir estratégias comerciais a partir do bloco de energia descontratado, inclusive considerando a possibilidade de comercializá-lo no ambiente livre;
- Acompanhamento dos litígios judiciais com impactos financeiros relevantes junto à Cia, notadamente lides que visam obtenção de tratamento idêntico ao dispensado na mesma matéria às demais



empresas do Consórcio Lajeado para venda de energia; ações que visam neutralizar os impactos do risco hidrológico e ações tributárias cujo juízo encontram-se garantido;

- Aperfeiçoar a gestão, disseminando culturas e valores de desenvolvimento humano;
- Manter a busca permanente da qualidade e da transparência nas decisões empresariais;
- Qualificar e aprimorar a força de trabalho; e
- Dar continuidade as tratativas com os sócios do Consórcio para implementação das novas bases do Contrato de Arrendamento propostas pela CEB Lajeado S.A., como forma de adequá-lo às atuais condições de mercado.

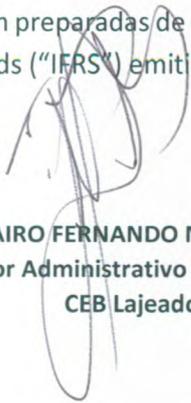
Audidores Independentes

Em conformidade com a Instrução CVM nº 381, de 14 de janeiro de 2003, a Companhia declara que mantém contrato com a Teixeira & Associados Auditores Independentes (“Nexia Teixeira”), firmado em 12/03/2020, para prestação de serviços de auditoria independente de suas demonstrações contábeis, bem como a revisão de informações contábeis intermediárias e de componentes, para os próximos 60 meses.

A política de atuação da Companhia, bem como das demais empresas do Grupo CEB, quanto à contratação de serviços não-relacionados à auditoria junto à empresa de auditoria, se fundamenta nos princípios que preservam a independência do auditor independente. Estes princípios consistem, de acordo com princípios internacionalmente aceitos, em: (a) o auditor não deve auditar o seu próprio trabalho; (b) o auditor não deve exercer funções gerenciais no seu cliente; e (c) o auditor não deve promover os interesses de seu cliente.

Demonstrações Financeiras

Conforme requerido pelo artigo 25 da instrução CVM nº 480/09, e posteriores alterações, declaramos que revisamos e concordamos com as demonstrações financeiras e com os Relatórios dos Auditores Independentes emitidos sobre as respectivas Demonstrações Financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019. Estas foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e o International Financial Reporting Standards (“IFRS”) emitidas pelo International Accounting Standards Board (“IASB”).



JAIRO FERNANDO MECABÔ
Diretor Administrativo e Financeiro
CEB Lajeado



JOÃO MARCOS ASSIS DA SILVA
Diretor Técnico
CEB Lajeado



JOÃO WELLISCH
Diretor – Geral
CEB Lajeado
